

ESTRATÉGIA NACIONAL



PARA A IGUALDADE E A NÃO
DISCRIMINAÇÃO

Primeiro relatório intercalar 2024

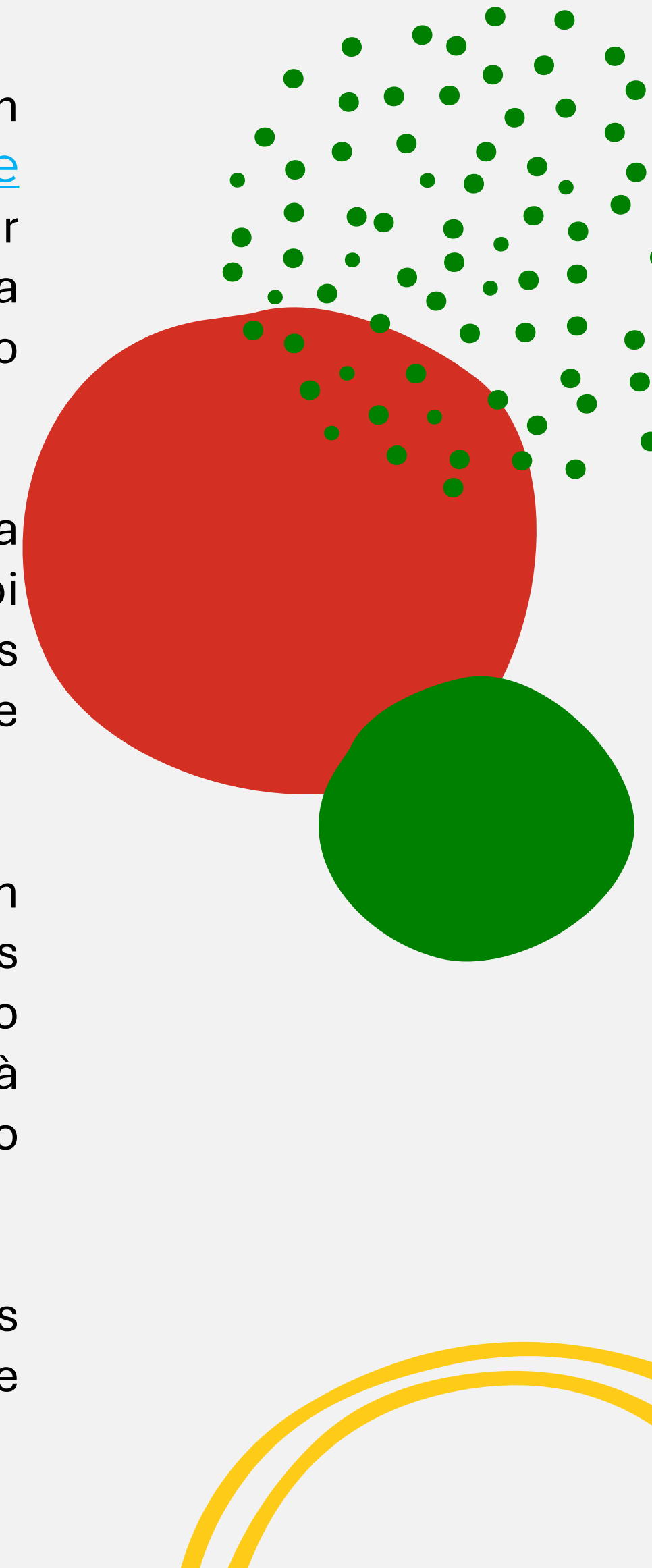
NOTA DE ENQUADRAMENTO

Nos termos da RCM [Resolução do Conselho de Ministros \(RCM\) n.º 61/2018, de 21 de maio](#), com as alterações introduzidas pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/2023, de 14 de agosto](#), semestralmente, a CIG deve apresentar à tutela um relatório intercalar que permita ter conhecimento da execução das diversas medidas previstas face às metas fixadas para o ano, por forma a poderem ser detetados constrangimentos com antecedência, com vista a serem ultrapassados em tempo útil, mas que também permita evidenciar o trabalho que vai sendo realizado.

O presente relatório intercalar abarca o período de janeiro a outubro de 2024, na medida em que só com a tomada de posse do XXIV Governo Constitucional, e com a publicação da sua estrutura orgânica, foi possível o (re)arranque do sistema de monitorização e acompanhamento, com as necessárias orientações, dado tratar-se de uma Estratégia assente no compromisso entre várias áreas governativas e na transversalização da perspetiva de género na conceção e execução das políticas públicas setoriais.

Assim, em maio de 2024, foi possível estabilizar a rede de pontos focais. Os meses de junho e julho foram dedicados à preparação e realização das reuniões das Comissões Técnicas de Acompanhamento, das reuniões técnicas por Plano, das reuniões bilaterais por área governativa e por plano; ao preenchimento participado e informado das fichas de planeamento de medida para o triénio 2024/2025/2026 e à formação para a utilização do sistema de informação - Rede de Indicadores para a Igualdade de Género (RIIG)- para efeitos de reporte.

Os dados que se apresentam resultam da informação obtida junto da rede de pontos focais e das coordenadoras, ao nível da CIG, de cada um dos Planos, e reportam-se ao período de janeiro a outubro de 2024.



ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A IGUALDADE E A NÃO DISCRIMINAÇÃO (2018-2030)



PLANO DE AÇÃO PARA A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS



PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



PLANO DE AÇÃO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL, IDENTIDADE E EXPRESSÃO DE GÉNERO, E CARACTERÍSTICAS SEXUAIS

PRINCIPAIS RESULTADOS

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação

Até ao final de outubro de 2024 existiu um progresso significativo no cumprimento dos objetivos da ENIND **com uma taxa de execução global de 47%** ⁽¹⁾.

As principais concretizações do PAIMH incluem:

- 1. Capacitação em Igualdade de Género** com a realização de mais **70 ações de formação e sensibilização destinadas a grupos estratégicos da administração pública**, abrangendo mais de 4300 participantes de diversos setores.
- 2. Promoção de Igualdade nos Municípios, com 41 municípios** a participarem nas "Mostras para a Igualdade na Vida Local", submetendo **122 recursos documentados**, como campanhas de sensibilização e materiais educativos e **195 municípios** comprometidos na implementação dos seus Planos Municipais para a Igualdade, em alinhamento com os objetivos da ENIND, com o apoio e suporte técnico da CIG.
- 3. Iniciativas de Comunicação Inclusiva** com o desenvolvimento de 11 ações centradas na promoção de comunicação institucional inclusiva e não sexista, tendo havido a conceção, publicação e ampla divulgação do Guia de Linguagem Inclusiva da Universidade Nova de Lisboa, em parceria com a CIG.
- 4. Reconhecimento de Boas Práticas na 7.ª edição do Prémio "Viver em Igualdade"**, onde foram distinguidas **58 Câmaras Municipais, 2 Comunidades Intermunicipais e 1 Junta de Freguesia**.
- 5. Produção de Materiais Estratégicos** com o lançamento do "**Livro Branco sobre o Trabalho Doméstico Digno**" em abril de 2024, que propõe melhorias legais e recomendações de alteração legislativa para retirar da invisibilidade e valorizar uma atividade profissional. Maioritariamente feminina.
- 6. Apoio às Organizações da Sociedade Civil através do reforço do apoio a organizações não governamentais** para a implementação de projetos que promovem a igualdade de género e a não discriminação, a prevenção da violência e o empoderamento das mulheres.

No contexto do PAVMVD podemos destacar:

- 7. A abrangência das RAP (Respostas de Apoio Psicológico) que cobrem 94% dos distritos de Portugal continental**, oferecendo apoio especializado a crianças e jovens vítimas de violência doméstica.
- 8. A aprovação e financiamento de 77 projetos na área da prevenção e combate à VMVD**, com um investimento total de 13.632.280,91€, sendo 5.400.000€ já pagos. Estes projetos têm como foco o apoio direto às vítimas de violência doméstica no âmbito da RNAVVD.
- 9. A integração de Temáticas relevantes ao nível local**, tais como as Práticas Tradicionais Nefastas (PTN) nas políticas públicas locais e regionais, com projetos direcionados ao empoderamento de meninas, raparigas e mulheres de comunidades afetadas.
- 10. O desenvolvimento de Referenciais de Formação** específicos para abordar formas de violência previstas na Convenção de Istambul, como violência sexual e perseguição, com foco em vítimas em situação de vulnerabilidade.

(1) Sendo uma monitorização intercalar e estando em causa a operacionalização de taxas de execução de metas anuais considerou-se como executadas as medidas que estão substancialmente executada (mais de 50% de execução) e as que estão executas com , isto é, taxa superior a 75%.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação

No âmbito do PAOIEC, destacamos:

- 11. A capacitação e formação de profissionais e serviços da AP**, assim como a **capacitação de públicos-alvo estratégicos**, especificamente na área OIEC, num total de 27h de formação e de capacitação, abrangendo 65 serviços da AP e 4 áreas governativas
- 12. A divulgação de estudos sobre questões de OIEC e adaptação de legislação comunitária**, em particular o estudo “*III LGBTIQ Equality at a Crossroads: Progress and Challenges*”, da FRA e a revisão Recomendação CM/Rec(2010)5, do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género, ambos fundamentais na promoção da igualdade, compreensão e respeito por todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais.
- 13. O Fórum Nacional IDAHOT** realizado em articulação com a CM Vila Nova de Gaia, onde estiveram representadas 32 entidades; espaço fundamental de diálogo e partilha sobre a prevenção e combate à discriminação e violência em razão da OIEC.
- 14. Funcionamento de 7 resposta especializada** de apoio a pessoas LGBTI+ - estruturas de atendimento, acolhimento e autonomização, em parceria com a RNAVVD .

Observa-se alinhamento estratégico com compromissos nacionais e internacionais, incluindo o **Programa Pessoas 2030**, garantindo a implementação de ações com impacto estruturante. Existe uma intenção clara de a execução ter uma dimensão de **territorialização**, isto é, adaptar as políticas públicas às características e necessidades específicas dos territórios, valorizando a atuação local e em rede. Existe, igualmente, a **promoção de parcerias** com vista à maximização do impacto das medidas de igualdade e combate à discriminação através da colaboração entre diferentes setores: administração pública nacional e local, sociedade civil, academia e setor privado.

Com a execução das medidas da ENIND, pretendemos gerar impactos ao nível social, económico, cultural e territorial, nomeadamente : Redução das desigualdades de género e das discriminações interseccionais; Fortalecimento das redes locais e promoção de respostas adaptadas às realidades territoriais; Empoderamento de mulheres e meninas, especialmente em situações de vulnerabilidade; Valorização de práticas inclusivas e culturais que promovem uma sociedade mais equitativa.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação

Os resultados alcançados consolidam o compromisso da ENIND com uma governação integrada e uma visão transformadora alinhada com a **Agenda 2030, especialmente com o ODS 5 (Igualdade de Género).**

O relatório está organizado em quatro partes distintas:

1. Apresentação de dados sobre a execução;
2. Apresentação de medidas do PAIMH que se encontram executadas;
3. Apresentação de medidas do PAVMVD que se encontram executadas;
4. Apresentação de medidas do PAOIEC que se encontram executadas.

Tratando-se de um relatório intercalar optou-se por apresentar apenas algumas medidas, as que se consideraram mais emblemáticas. Todavia, am anexo pode ser consultado o estado de execução de todas as medidas e respetivos indicadores organizado por Plano.

Nota Metodológica

O presente relatório refere-se à monitorização intercalar da ENIND no período de janeiro a outubro de 2024 e integra informação sobre os três planos de ação.

O objetivo principal é apresentar os progressos alcançados na execução das medidas previstas na ENIND. A análise permite verificar a evolução dos compromissos assumidos no período em questão.

Os dados apresentados foram recolhidos junto da Rede de Pontos Focais para a Igualdade e das Coordenadores dos planos setoriais na Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG).

Os dados foram processados dizendo respeito ao período de janeiro a outubro, tendo havido condicionamento face ao arranque tardio de implementação do sistema.

A Metodologia de Monitorização inclui: Planeamento: Preenchimento das fichas de planeamento para o período 2024-2026; Recolha de Dados: Os dados foram recolhidos através de relatórios enviados pelos pontos focais e coordenadores setoriais, abrangendo a execução de medidas e o cumprimento das metas previstas; Indicadores: A monitorização baseou-se em indicadores quantitativos e informação qualitativa, previamente definidos na RCM 92/2023 para cada plano de ação.

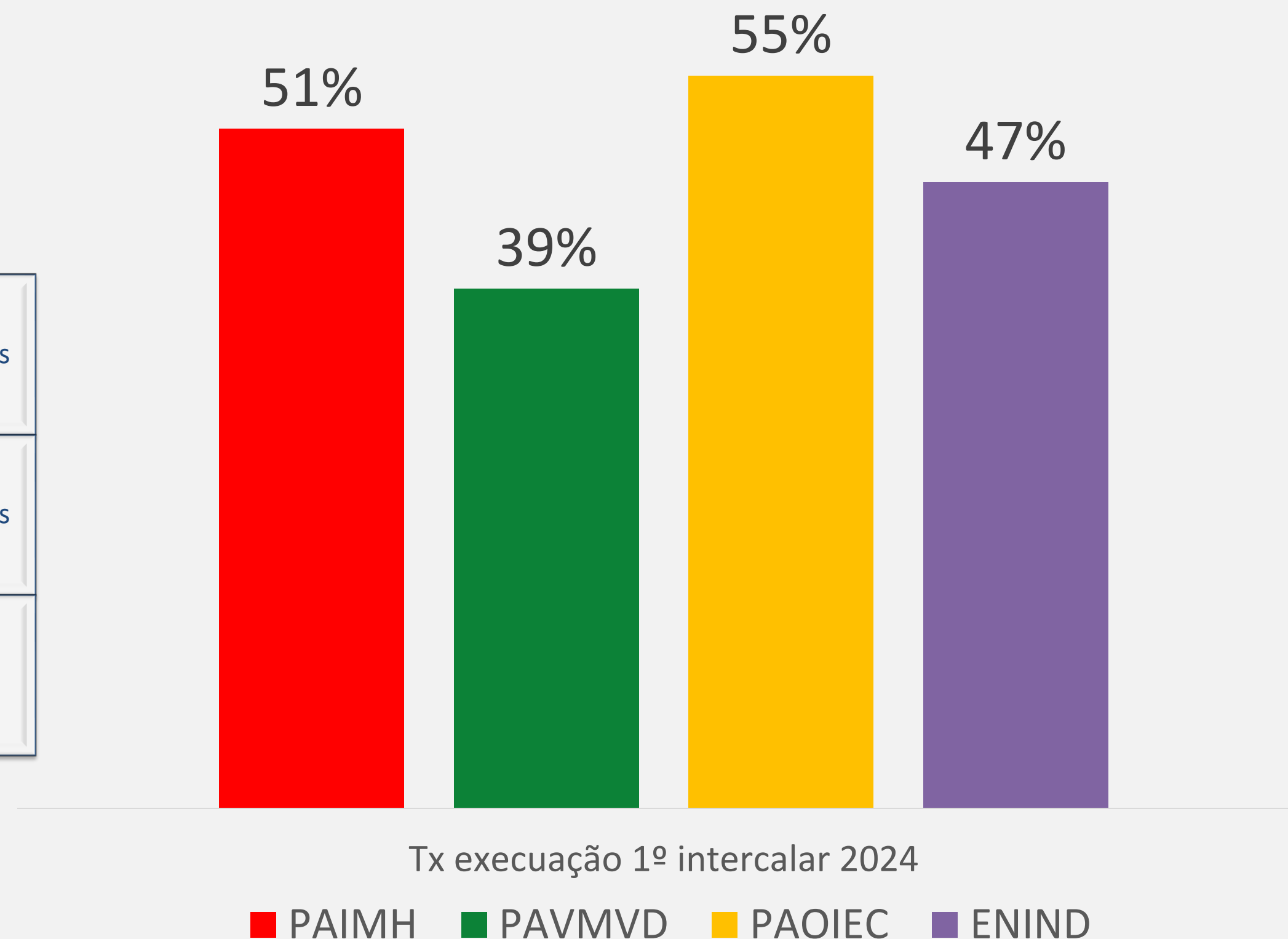
Para efeitos de monitorização intercalar consideram-se as medidas consideradas como executadas face ao planeado (taxa de execução $\geq 75\%$) ou que estavam substancialmente executadas (taxa de execução $\geq 50\%$), dado que estamos a comparar a execução ao longo do ano com metas anualizadas.

ENIND CICLO 2023-2026

MONITORIZAÇÃO

PAIMH	PAVMVD	PAOIEC
7 Compromissos Estratégicos	6 Compromissos Estratégicos	3 Compromissos Estratégicos
31 Compromissos Operacionais	21 Compromissos Operacionais	10 Compromissos Operacionais
92 Medidas	87 Medidas	45 Medidas

Taxa de execução global Intercalar 2024



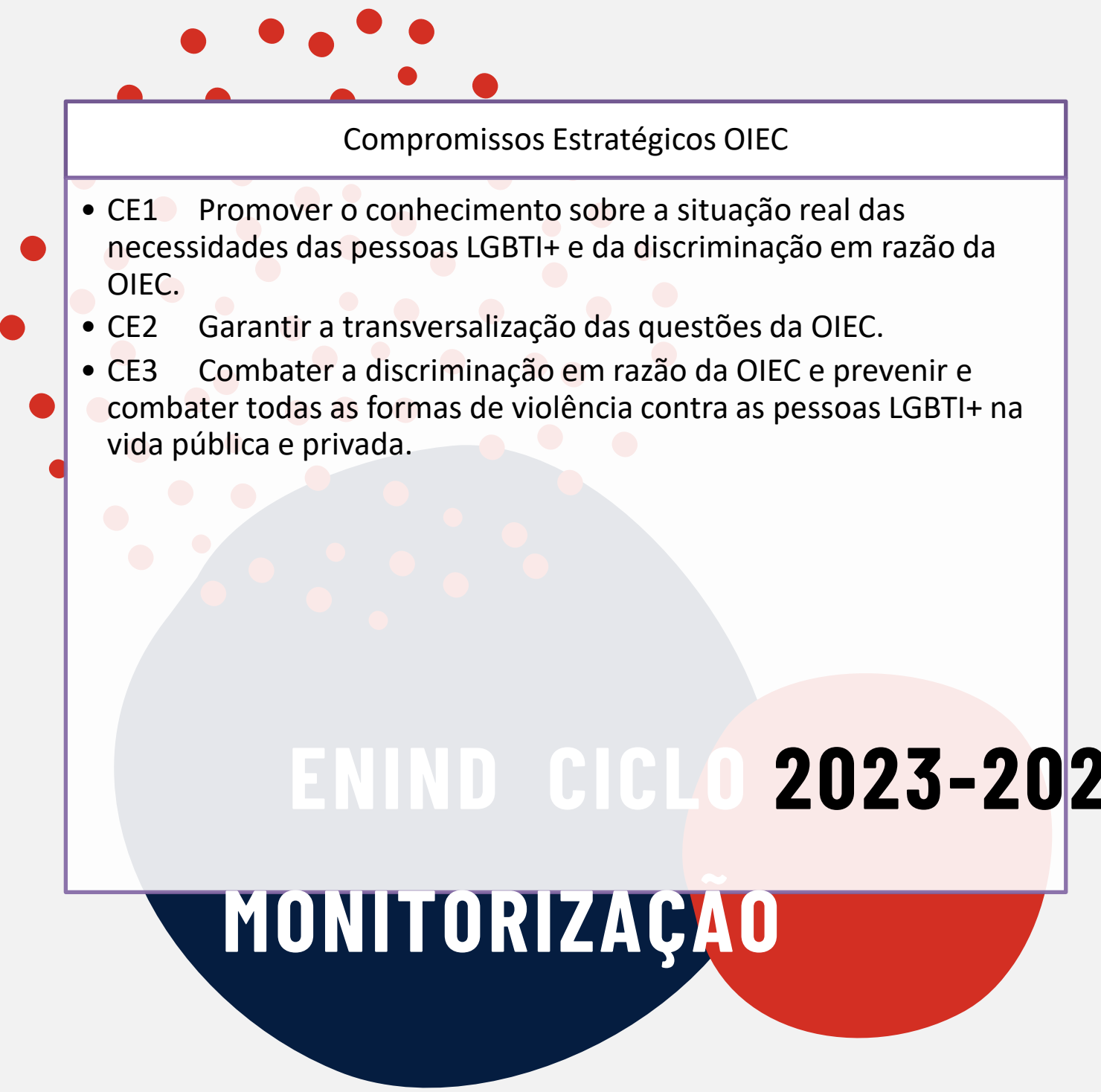
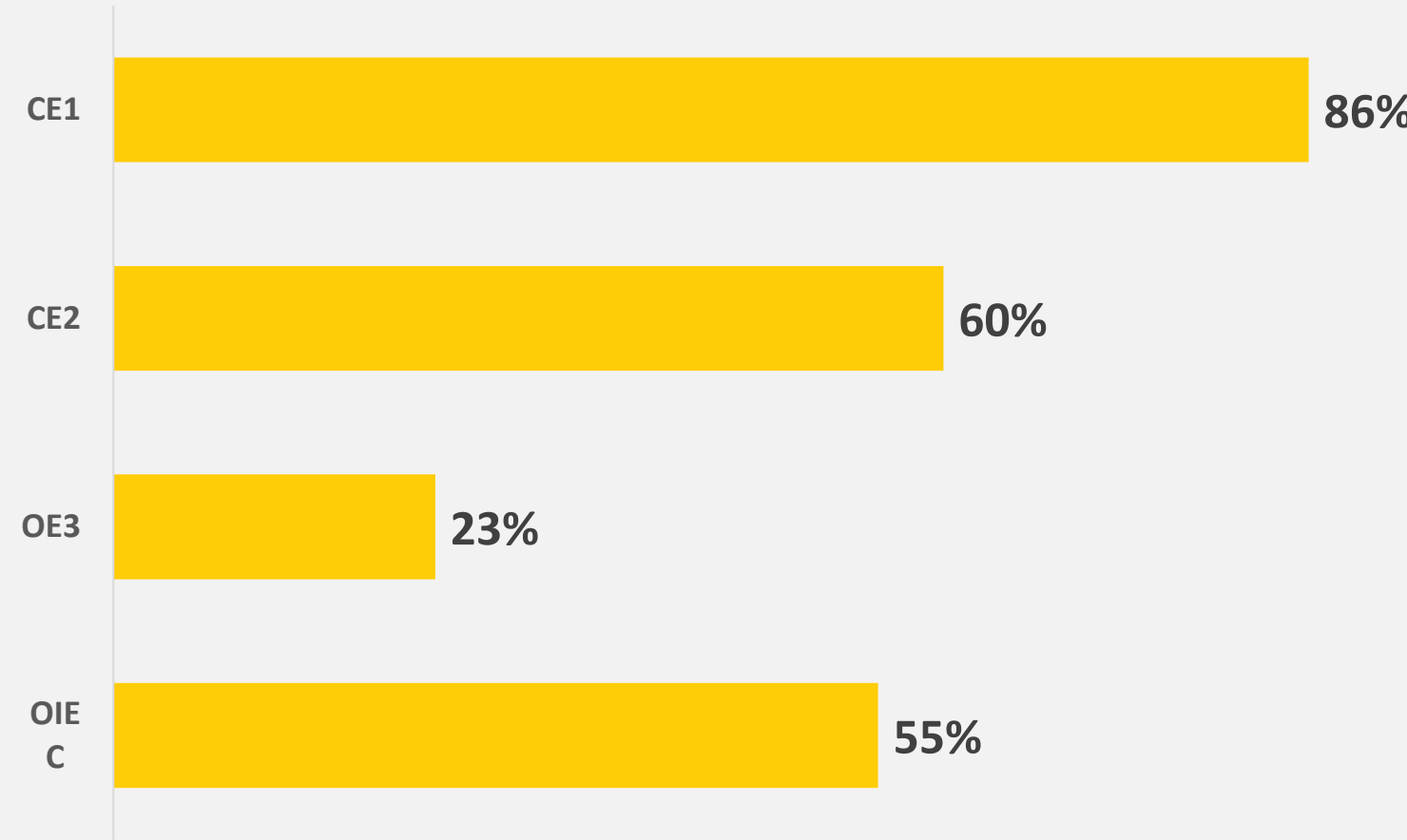
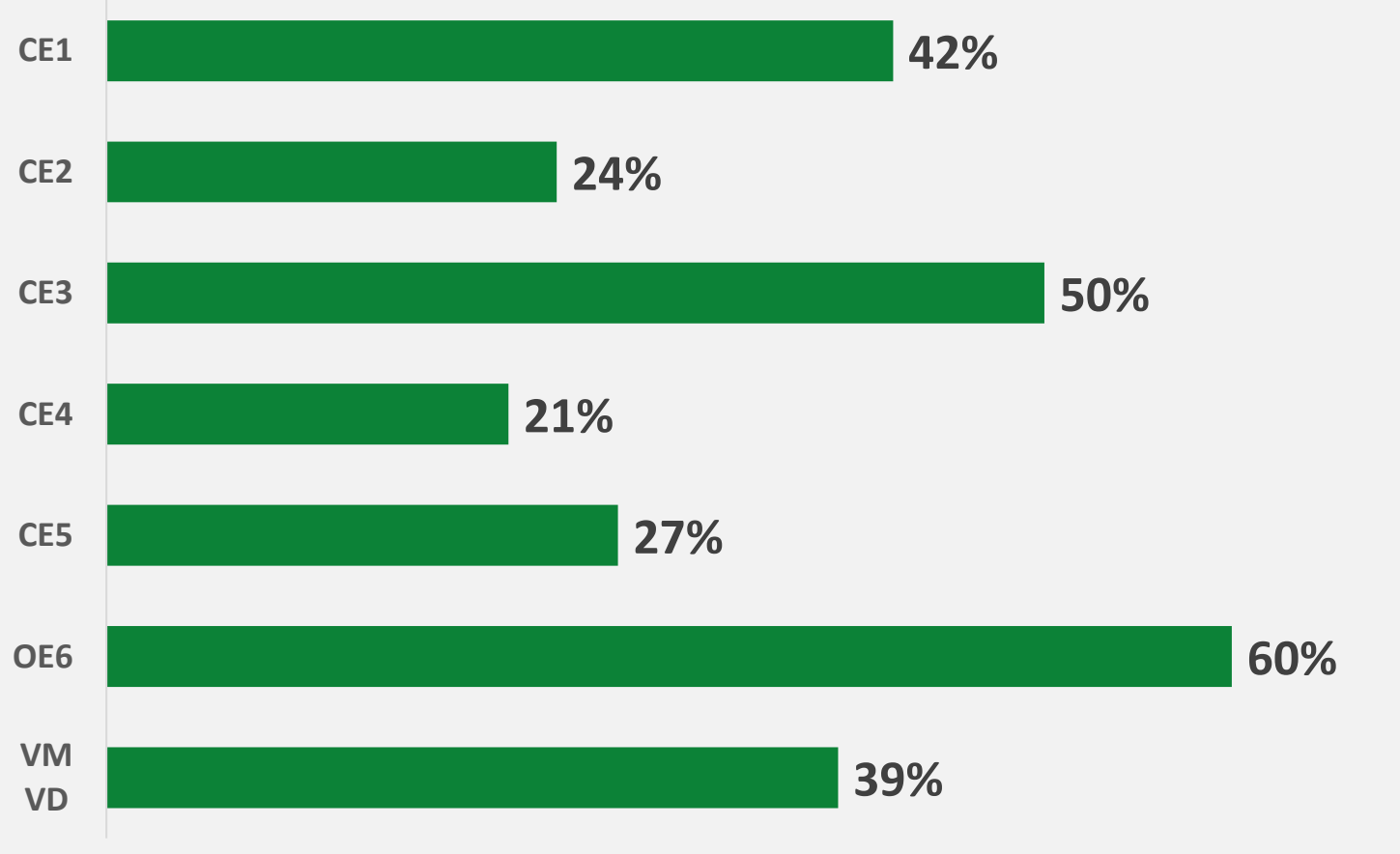
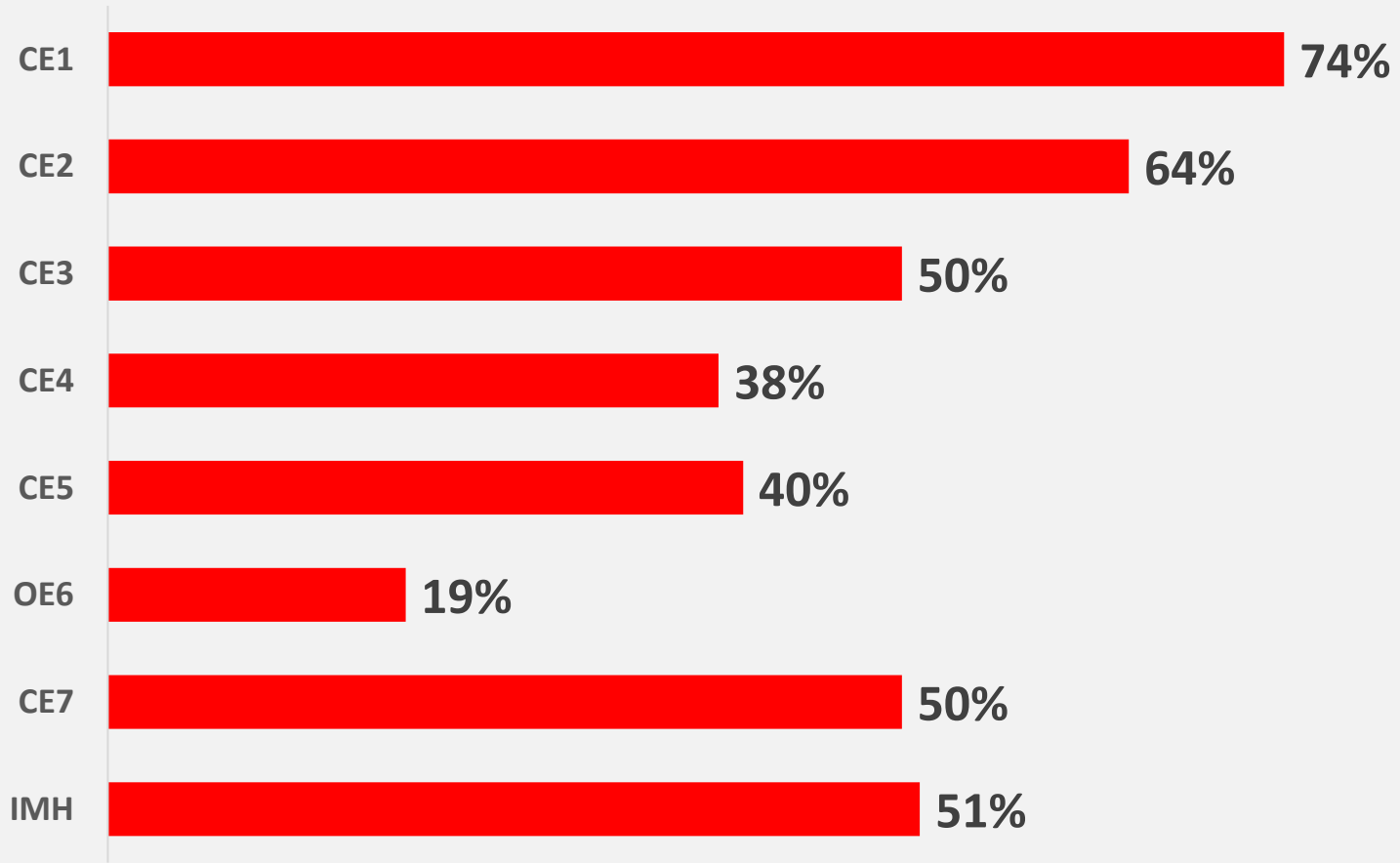
Compromissos Estratégicos IMH
• CE1 Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da igualdade entre mulheres e homens (IMH) nas políticas e nas ações. • CE1 Garantir uma governança que integre o combate à discriminação em razão do sexo e a promoção da igualdade entre mulheres e homens (IMH) nas políticas e nas ações. • CE3 Promover a IMH e não discriminação na I&D e no mundo digital. • CE4 Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho e na atividade profissional. • CE5 Promover a conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e resposta ao desafio demográfico. • CE6 Combater a pobreza e exclusão social e promover o acesso à saúde. • CE7 Promover a IMH e não discriminação na cultura e na comunicação.

Compromissos Estratégicos VMVD
• CE1 Prevenir e erradicar a tolerância social às várias manifestações da VMVD, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação. • CE2 Apoiar e proteger - ampliar e consolidar a intervenção. • CE3 Intervir junto das pessoas agressoras, promovendo uma cultura de responsabilização. • CE4 Qualificar profissionais e serviços para a intervenção. • CE5 Investigar, monitorizar e avaliar as políticas públicas. • CE6 Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas (PTN), nomeadamente a MGF e os casamentos infantis, precoces e forçados.

Compromissos Estratégicos OIEC
• CE1 Promover o conhecimento sobre a situação real das necessidades das pessoas LGBTI+ e da discriminação em razão da OIEC. • CE2 Garantir a transversalização das questões da OIEC. • CE3 Combater a discriminação em razão da OIEC e prevenir e combater todas as formas de violência contra as pessoas LGBTI+ na vida pública e privada.

Taxa de execução compromissos estratégicos

Intercalar 2024





PLANO DE AÇÃO PARA A IGUALDADE ENTRE MULHERES E HOMENS

7 COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS

31 COMPROMISSOS OPERACIONAIS

92 MEDIDAS

PAIMH

COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS 23/26

1. Garantir uma **governança** que integre o **combate à discriminação em razão do sexo** e a **promoção da IMH** nas políticas e nas ações
2. Garantir as condições para **uma educação e uma formação livres de estereótipos de género**
3. **Promover a IMH e não discriminação na investigação e desenvolvimento (I&D) e no mundo digital**
4. Garantir as condições para uma **participação plena e igualitária de mulheres e homens no mercado de trabalho** e na **atividade profissional**
5. Promover a **conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal** e **resposta ao desafio demográfico**
6. **Combater a pobreza e exclusão social** e promover o **acesso à saúde**
7. Promover a **IMH e não discriminação na cultura e na comunicação**

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

OUTRAS ÁREAS GOVERNATIVAS

EXECUTADA

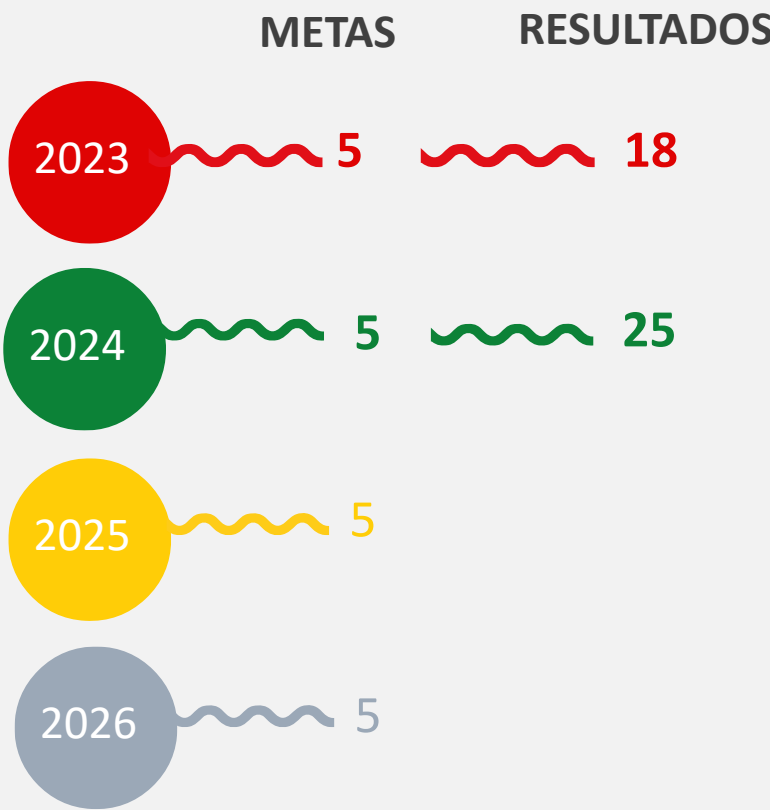
MEDIDA 121

DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO DE DIRIGENTES E DE QUADROS TÉCNICOS EM IMH, INCLUINDO MAINSTREAMING DE GÉNERO

Ações de formação e de capacitação dirigidas à AP nacional, regional e local que permitam promover a perspetiva da Igualdade de género, no sentido de garantir o combate à discriminação em razão de sexo e a promoção da IMH nas políticas públicas sectoriais

PRODUTOS ESPERADOS | R11

N.º de programas de capacitação de dirigentes e de quadros técnicos em IMH



EVIDÊNCIAS

Foram realizadas 25 ações de formação dirigidas a diferentes grupos estratégicos e profissionais, abrangendo mais de 1360 pessoas, designadamente:

- Profissionais do setor do Turismo de Portugal;
- Júri responsável pela seleção da Carreira Diplomática no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE);
- Participantes na Conferência das Partes (COP);
- Docentes que coordenam a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC);
- Técnicos e dirigentes de Instituições de Ensino Superior (IES);
- Dirigentes da Administração Pública (AP);
- Conselheiros e conselheiras municipais;
- Eleitos e eleitos locais;
- Equipas que trabalham em proximidade com as comunidades locais e
- Dirigentes desportivos.

Estas ações visaram capacitar os participantes em áreas essenciais para a promoção da igualdade e prevenção da discriminação, de acordo com competências alinhadas com as necessidades dos respetivos setores.

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO (MJM)
MINISTÉRIO DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

OUTRAS ÁREAS GOVERNATIVAS



MEDIDA 122

PROMOÇÃO DE LINGUAGEM E
COMUNICAÇÃO INCLUSIVAS E LIVRES DE
ESTEREÓTIPOS NA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA

Conceção de módulo de formação sobre linguagem inclusiva e não discriminatória, respeitadora de todas as pessoas a integrar na oferta formativa da CIG para a AP e para públicos estratégicos - construção e adequação de materiais formativos de suporte. Apoio à conceção de guias, manuais, guiões adaptados aos vários organismos que confirmam visibilidade e presença no meio linguístico a todas as pessoas na comunicação institucional, contrariando estereótipos em razão do sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais e numa perspetiva interseccional. Produção de “normas” para uma comunicação institucional isenta de discriminação.

PRODUTOS ESPERADOS | R12

N.º de iniciativas



EVIDÊNCIAS

Foram realizadas 11 iniciativas para promover uma comunicação inclusiva e não sexista, abrangendo linguagem escrita, oral e visual, em documentos e mensagens institucionais. Estas ações envolveram formações destinadas a várias entidades da AP:

Entidade/organismo público	N.º iniciativas
Turismo de Portugal	1
Jurisapp	1
Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros	1
Universidade Nova de Lisboa	1
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	1
Júris da Carreira Diplomática	1
Instituto Nacional de Administração	4
Conselheiros e conselheiras municipais, eleitos locais e equipas da vida local	1
Total	11

Para complementar estas iniciativas, foi também publicado e amplamente divulgado, através do site e das redes sociais, o Guia de Linguagem Inclusiva da Universidade Nova de Lisboa, desenvolvido em parceria com a CIG.

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MUNICÍPIOS



MEDIDA 142

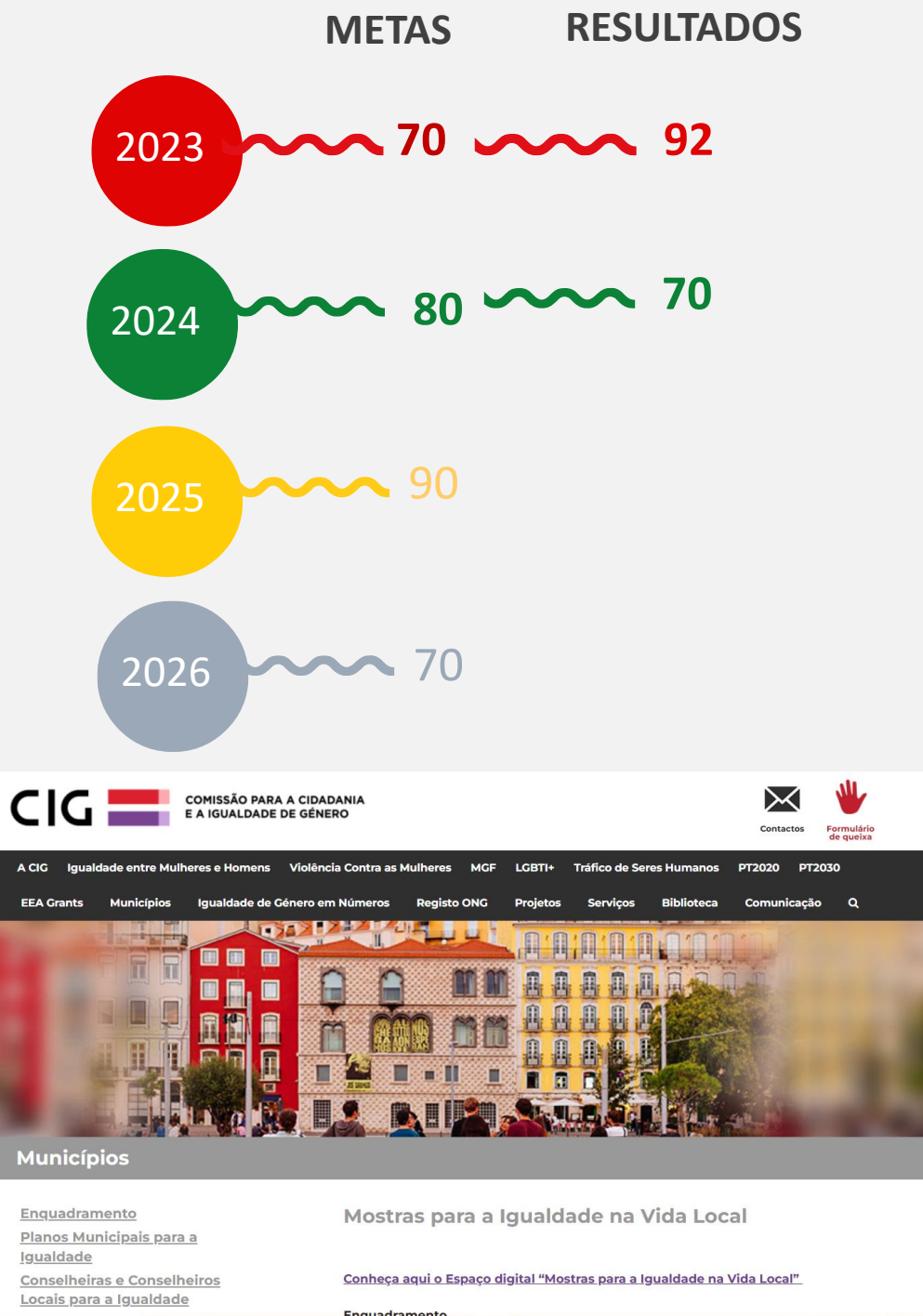
MOSTRA DA IGUALDADE NA VIDA LOCAL

As "Mostras para a Igualdade na Vida Local" são uma iniciativa da CIG, que visa divulgar e preservar recursos resultantes de práticas desenvolvidas por autarquias e suas redes de parceria.

Estas práticas incorporam uma perspetiva de género na vida local, destacando o compromisso das autarquias portuguesas na promoção da igualdade de género e na implementação de políticas públicas que visam a eliminação de desigualdades e discriminações a nível local, contribuindo, por isso, para a territorialização e apropriação dos objetivos da ENIND e respetivos Planos de Ação.

PRODUTOS ESPERADOS | R17

N.º de municípios envolvidos



EVIDÊNCIAS

Considerou-se os municípios que, até 24 de outubro de 2024, Dia Municipal para a Igualdade, publicaram recursos derivados de práticas autárquicas que incorporem uma perspetiva de género na vida local e que concorram para a territorialização, identificação e apropriação local dos objetivos da ENIND e respetivos Planos de Ação. Para além do microsite criado para o efeito pela CIG, são, ainda, consideradas outras ações publicadas em sites municipais.

O microsite dedicado a estas mostras de igualdade na vida local foi lançado em outubro, tendo já 41 autarquias contribuído para esta iniciativa, apresentando mais de 120 recursos derivados de práticas autárquicas documentadas. Pode ser consultado em [Mostras-da-igualdade-na-vida-local](#).

Entre as principais categorias de recursos incluídos nas mostras estão campanhas de sensibilização, recursos lúdicos e educativos, publicações, artes performativas e plásticas, exposições, espaços dedicados à temática nos sites autárquicos, prémios e concursos.

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MUNICÍPIOS



MEDIDA 143

ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIO BIENAL A
AUTARQUIAS LOCAIS E INICIATIVAS QUE
PROMOVAM A INTEGRAÇÃO DA PERSPETIVA
DA IMH NA AP LOCAL

O "Prémio Viver em Igualdade" é uma iniciativa bienal promovida pela CIG, no âmbito da ENIND, e visa distinguir e reconhecer autarquias que implementam boas práticas na integração da igualdade de género, cidadania e não discriminação, tanto na sua estrutura interna, como nas atividades desenvolvidas no território.

O objetivo é incentivar as autarquias a adotarem políticas e medidas que promovam a igualdade de género e a não discriminação, reconhecendo publicamente as iniciativas exemplares.

Este reconhecimento reforça o papel das autarquias locais como agentes estratégicos na promoção da igualdade de género e na implementação de políticas públicas que visam eliminar desigualdades e discriminações a nível local.

PRODUTOS ESPERADOS | R18

N.º de edições de prémios

METAS RESULTADOS



EVIDÊNCIAS

A cerimónia pública da 7ª Edição do Prémio "Viver em Igualdade" foi realizada em 24 de outubro de 2024, no município de Vila de Rei e foram distinguidas 58 Câmaras Municipais, 2 Comunidades Intermunicipais e 1 Junta de Freguesia pelas suas boas práticas nesta área, a saber: Câmaras Municipais de Abrantes, Albergaria-a-Velha, Alfândega da Fé, Almada, Armamar, Arruda dos Vinhos, Barcelos, Boticas, Braga, Caldas da Rainha, Carrazeda de Ansiães, Carregal do Sal, Cascais, Castelo Branco, Coimbra, Comunidade Intermunicipal do Cávado, Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, Condeixa-a-Nova, Estarreja, Fafe, Felgueiras, Figueira de Castelo Rodrigo, Góis, Guimarães, Horta (Açores), Junta de Freguesia de Canidelo (Vila Nova de Gaia), Lagoa (Algarve), Lajes do Pico (Açores), Lamego, Loures, Maia, Mangualde, Marco de Canaveses, Matosinhos, Mealhada, Mesão Frio, Mira, Monção, Mondim de Basto, Montemor-o-Velho, Montijo, Nelas, Oeiras, Oliveira do Hospital, Paços de Ferreira, Palmela, Penalva do Castelo, Póvoa de Lanhoso, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Sertã, Sesimbra, Tábua, Trofa, Vila de Rei, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vila Verde.

[Edição-Premio-Viver-Igualdade](#)



ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

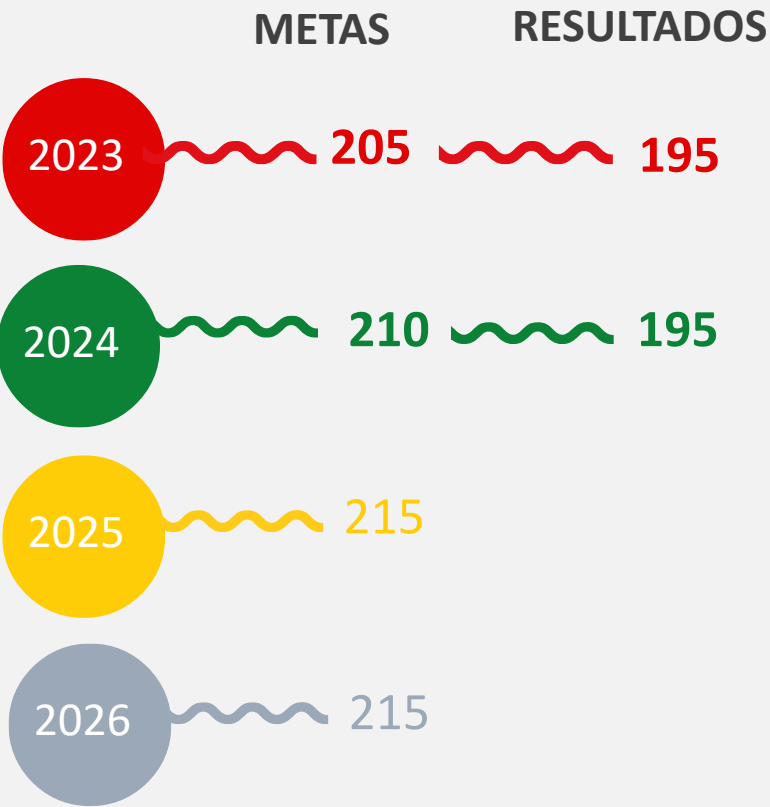
MUNICÍPIOS E COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS (CIM)



MEDIDA 144

COBERTURA DO TERRITÓRIO NACIONAL COM PLANOS MUNICIPAIS PARA A IGUALDADE

Os Planos Municipais para a Igualdade (PMIND) são instrumentos estratégicos desenvolvidos pelas autarquias com o objetivo de promover a igualdade de género, combater a discriminação e garantir a integração da perspetiva de género em todas as políticas públicas e áreas de intervenção municipal.



EVIDÊNCIAS

Consideram-se os municípios que têm Planos Municipais de Igualdade aprovados até 29 de outubro de 2024.

A implementação dos Planos Municipais para a Igualdade pelas Câmaras Municipais, com acompanhamento da CIG, está enquadrada no âmbito da assinatura de Protocolo para a Igualdade e a Não Discriminação entre a CIG e os Municípios. Estas iniciativas incluem o apoio técnico à elaboração, monitorização, execução e avaliação dos planos. Até ao final de outubro foram assinados 258 protocolos.

Esta estratégia de acompanhamento integrado tem contribuído para fortalecer a capacidade técnica e institucional dos municípios, promovendo uma resposta mais estruturada às questões de igualdade e não discriminação em grande parte do território nacional.

PRODUTOS ESPERADOS | R19

N.º de municípios acompanhados

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

OUTRAS ÁREAS GOVERNATIVAS
DIREÇÕES-GERAIS



MEDIDA 162

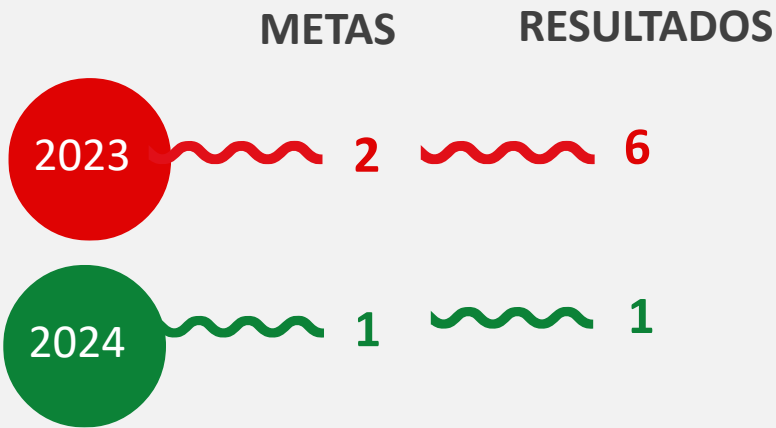
INTEGRAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E
AVALIAÇÃO DA PERSPETIVA DE GÉNERO NA
CONSTRUÇÃO DO ORÇAMENTO DE ESTADO

A integração da perspetiva de género é o processo de avaliação das implicações para as mulheres e homens de qualquer ação planeada, incluindo as políticas, estratégias ou programas em qualquer área de governação e a todos os níveis. Trata-se de uma estratégia que visa a inclusão das preocupações e experiências das mulheres e homens na conceção, implementação, controlo e avaliação das políticas e programas, em todas as esferas políticas, económicas e sociais, para que mulheres e homens tenham benefícios iguais e a desigualdade não seja perpetuada. O fim último é a igualdade de género (EIGE).

PRODUTOS ESPERADOS | R26

N.º de ações de capacitação

EVIDÊNCIAS



A integração, acompanhamento e avaliação da perspetiva de género na construção do Orçamento de Estado constitui uma prioridade estratégica para promover a igualdade de género no planeamento e execução das políticas públicas. Este trabalho tem sido reforçado por iniciativas como a ação de formação em Avaliação de Impacto de Género das Políticas Públicas, realizada pela CIG com apoio da Expertise France, entre os dias 2 e 4 de outubro.

Durante a formação, que já abrangeu mais de 600 pessoas nas diferentes áreas governativas, foi possível desenvolver competências para aplicar técnicas de análise de género em diferentes áreas setoriais, integrar a perspetiva de género nas políticas orçamentais e avaliar o impacto das políticas públicas sobre a igualdade de género.

Esta ação de formação está enquadrada no projeto *Gender Mainstreaming on Public Policies and Gender Budgeting* financiado pela Direção-Geral de Apoio às Reformas Estruturais (DG-Reform) da Comissão Europeia.

Ação de formação em Avaliação de Impacto de Género das Políticas Públicas



ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE MULHERES (ONGM); ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO (ONGD)



MEDIDA 172

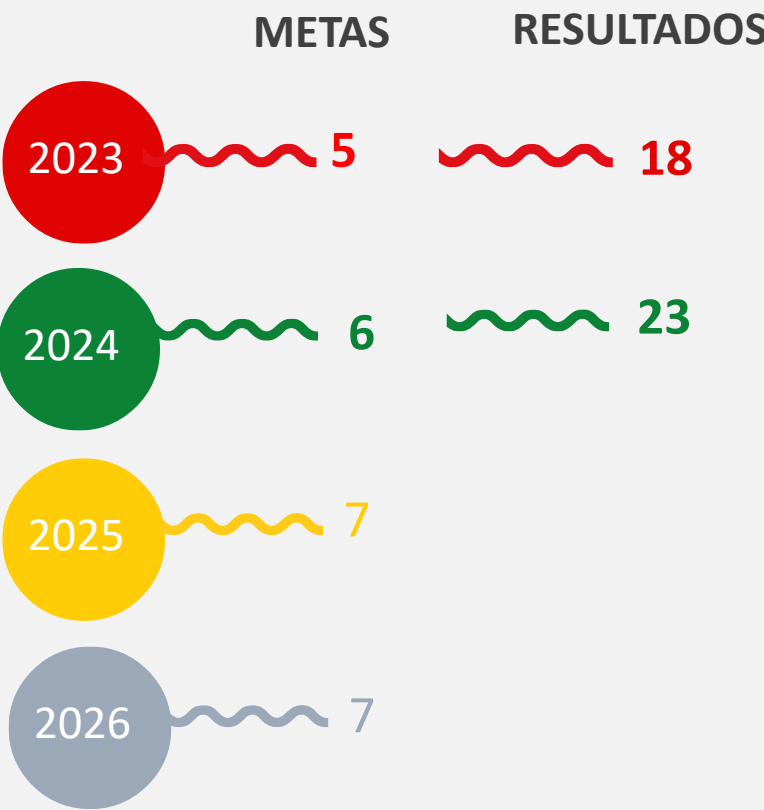
CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS FINANCIADOS E COFINANCIADOS NO DOMÍNIO DA IMH, EM ARTICULAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO (ONGD)

A criação e desenvolvimento de projetos financiados e cofinanciados no domínio da Igualdade entre Mulheres e Homens (IMH), em articulação com as ONGM e ONGD é uma iniciativa estratégica que busca promover a igualdade de género, combater a discriminação e garantir o empoderamento de mulheres e homens em contextos locais, nacionais e internacionais. Este tipo de colaboração é essencial para alinhar esforços governamentais e não-governamentais na implementação de políticas públicas e programas direcionados à igualdade de género

Em concreto, esta medida visa o acompanhamento da execução técnica dos projetos das ONG financiados, no âmbito da atribuição do apoio técnico e financeiro (ATF).

PRODUTOS ESPERADOS | R29

N.º de projetos desenvolvidos



EVIDÊNCIAS

No âmbito de concurso público foram aprovadas 23 candidaturas para o desenvolvimento de projetos que estão a ser desenvolvidos em 2024, no valor total de 200.000,00€ O período temporal de execução varia entre 6 a 18 meses. O processo de acompanhamento da execução está a decorrer sem irregularidades, tendo a CIG já emitido pareceres sobre os Relatórios Técnicos e Financeiros intercalares entretanto apresentados pelas entidades.

Estão a ser desenvolvidos projetos com temáticas muito variadas, como por exemplo: idadeismo no feminino; empoderamento de mulheres; igualdade de género no trabalho ;promoção da igualdade através da arte; apoio psicológico a mulheres grávidas; capacitação e empoderamento de mulheres rurais, e outros.

[Lista de projetos financiados presentemente em execução](#)

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

ENTIDADES BENEFICIÁRIAS DOS PROJETOS



MEDIDA 541

DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DOS ESTUDOS E PRODUTOS DO PROGRAMA EEAGRANTS CONCILIAÇÃO E IGUALDADE DE GÉNERO

O Programa EEA Grants Conciliação e Igualdade de Género é uma iniciativa financiada pelos países doadores do Espaço Económico Europeu (Islândia, Liechtenstein e Noruega), alinhados com a ENIND 2018-2030, com o objetivo de promover a igualdade de género, a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, e o combate à violência contra as mulheres em Portugal, que foi executado em estreita articulação com os objetivos estratégicos da ENIND.

Neste âmbito foram financiados 33 Projetos, cabendo aos promotores dos projetos garantir iniciativas de promoção das recomendações dos estudos e produtos do Programa.

PRODUTOS ESPERADOS | R63

N.º iniciativas



EVIDÊNCIAS

Foram desenvolvidas, até à data, várias iniciativas de promoção das recomendações dos estudos e produtos do programa *EEAGrants* Conciliação e Igualdade de Género, das quais se destacam:

- [Workshop apresenta Conclusões e Recomendações do Livro Branco sobre Serviço Doméstico Digno](#) 30-04-2024
- [Seminário de Encerramento do Projeto "Melhorar os sistemas de prevenção, assistência, proteção e \(re\)integração para vítimas de exploração sexual"](#) 29-04-2024
- [INE promove Workshop para divulgar avanços no Projeto Sistema Estatístico Nacional sobre Igualdade de Género](#) 29-04-2024
- [Projeto "Igual Pro" promove a igualdade de género nas escolhas educativas e profissionais em Conferência Final](#) 18-04-2024
- [Seminário Final do Projeto "Rede de Autarquias para a Igualdade"](#) 09-04-2024
- [Livro Branco propõe recomendações para promoção da Igualdade de Género no teletrabalho em Portugal](#) 22-03-2024
- [Publicado Livro Branco "Ter filhos afeta de forma diferente a vida pessoal e profissional de pais e mães?"](#) 05-03-2024
- [Projeto Boomerang lança ebook "Migrações, Famílias e Desigualdades" e Manual de Boas Práticas](#) 25-01-2024

Todas as iniciativas podem ser consultadas em:

<https://www.eeagrants.gov.pt/pt/programas/conciliacao-e-igualdade-de-genero/noticias/>

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES);
INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO (INR, I.P.



MEDIDA 621

LIVRO BRANCO SOBRE DISCRIMINAÇÃO MÚLTIPLA E INTERSECCIONAL

O Livro Branco sobre Discriminação Múltipla e Interseccional é um documento que tem como objetivo propor recomendações para políticas públicas e legislação que abordem a discriminação múltipla e interseccional em Portugal.

O Livro Branco centra-se na realidade da discriminação que ocorre quando uma pessoa é afetada por múltiplas formas de exclusão ou opressão (como sexo, origem étnico-racial, orientação sexual e identidade de género e deficiência), simultaneamente, criando experiências únicas de discriminação. O conceito de interseccionalidade refere-se à interação dessas diferentes formas de discriminação, que não podem ser analisadas isoladamente.

PRODUTOS ESPERADOS | R83

Lançamento do livro branco sobre discriminação múltipla e interseccional.

METAS RESULTADOS



EVIDÊNCIAS

Foi apresentado em 23 de fevereiro 2024, o "Multiversidade: Livro Branco sobre Discriminação Múltipla e Interseccional", que é uma publicação que aborda as complexas interações entre diferentes formas de discriminação, como sexo, origem étnico-racial, orientação sexual e outras, propondo estratégias para harmonizar as proteções antidiscriminatórias em Portugal.

Este livro resulta do Projeto Multiversidade, coordenado por Margarida Lima Rego (NOVA School of Law) e Paulo Côrte-Real (Nova SBE), com financiamento dos EEA Grants, no âmbito do Programa Conciliação e Igualdade de Género **Página Multiversidade**

O projeto teve início em outubro de 2022 e culminou na elaboração do Livro Branco, que foi apresentado na conferência final do projeto, em fevereiro 2024. **Sessão de lançamento Multiversidade**

O objetivo principal foi construir uma recomendação de alteração legislativa cientificamente fundamentada, baseada em conhecimento multidisciplinar, para nivelar e harmonizar as proteções antidiscriminação em Portugal, considerando as diversas formas de discriminação múltipla e interseccional. O Livro Branco está disponível para download gratuito, permitindo o acesso amplo às suas conclusões e recomendações. **Livro Branco sobre Discriminação Múltipla e Interseccional**

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP)



MEDIDA 723

DINAMIZAÇÃO DE OBRAS CULTURAIS QUE PROMOVAM A IMH

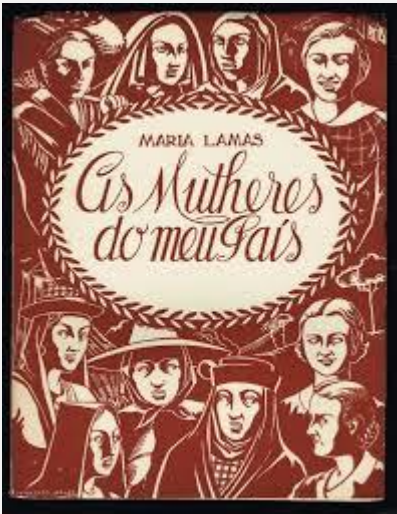
Incentivar a criação, produção e divulgação de conteúdos culturais que promovam a igualdade de género, desconstruam estereótipos e sensibilizem o público para as questões relacionadas à discriminação em razão do género.

Essas obras culturais, que podem incluir teatro, cinema, literatura, exposições e outras formas de expressão artística, são desenvolvidas com o intuito de fomentar a reflexão e o debate sobre a igualdade entre mulheres e homens, reforçando os valores de inclusão e diversidade.



PRODUTOS ESPERADOS | R99

N.º de iniciativas



EVIDÊNCIAS

1. A iniciativa "**Degraus para a Igualdade**" tem sido promovida por diversas autarquias em Portugal, como forma de sensibilizar a população para a igualdade de género. Consiste na colocação de mensagens alusivas à igualdade nos degraus de edifícios públicos, como câmaras municipais e escolas. Esta atividade foi lançada em 2022 e 2023, mas em 2024 ainda houve municípios a aderir, por exemplo Viseu: [Degraus CM Viseu](#)
2. Os **fascículos de "As Mulheres do Meu País"** são partes de uma obra monumental escrita por Maria Lamas, publicada originalmente entre 1948 e 1950, que retrata as condições de vida das mulheres em Portugal durante o regime do Estado Novo. A CIG apoiou institucionalmente a reedição da obra por fascículos que ficou a cargo do [Jornal Público](#) em parceria com o GRAAL, financiada parcialmente pela área governativa da igualdade. Durante 2024 foi publicado um fascículo por mês tal como aconteceu na versão original. A acompanhar a publicação de cada fascículo pelo Público, a CIG publicou factos e números de desigualdade entre homens e mulheres.
3. "**Concurso Literário sobre Igualdade de Género - As Três Marias**", promovido pelo Município de Odemira, com o objetivo de incentivar a reflexão em torno da Igualdade de Género, destinando-se a premiar três obras inéditas no estilo literário Conto. A CIG integrou o júri do concurso, cujo prémio foi divulgado no dia 24 de outubro, Dia Municipal para a Igualdade. [Lançamento do Concurso 2024](#). [Normas do concurso](#) e [Cerimónia de entrega do Prémio](#) . Está disponível para download gratuito, permitindo o acesso amplo ao seu conteúdo: [CONTOS AS TRÊS MARIAS - CONCURSO LITERÁRIO SOBRE A IGUALDADE DE GÉNERO 2024](#)
4. Série documental "**Mulheres que contam**", de 13 episódios, parceria CIG com a RTP, coordenada da jornalista Sílvia Alves. Pretende dar a conhecer mulheres inspiradoras, desde atletas a empresárias, passando por investigadoras, artistas, empresárias, e outras. Para inspirar as outras e os outros...

COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS 23-26

1. **Prevenir e erradicar a tolerância social às várias manifestações da VMVD**, conscientizar sobre os seus impactos e promover uma cultura de não violência, de direitos humanos, de igualdade e não discriminação
2. **Apoiar e proteger** — ampliar e consolidar a intervenção
3. **Intervir junto das pessoas agressoras**, promovendo uma cultura de responsabilização
4. **Qualificar profissionais e serviços** para a intervenção
5. Investigar, monitorizar e avaliar as **políticas públicas**
6. **Prevenir e combater as práticas tradicionais nefastas (PTN)**, nomeadamente a MGF e os casamentos infantis, precoces e forçados

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

ENTIDADES EMPREGADORAS

EXECUTADA

MEDIDA 114

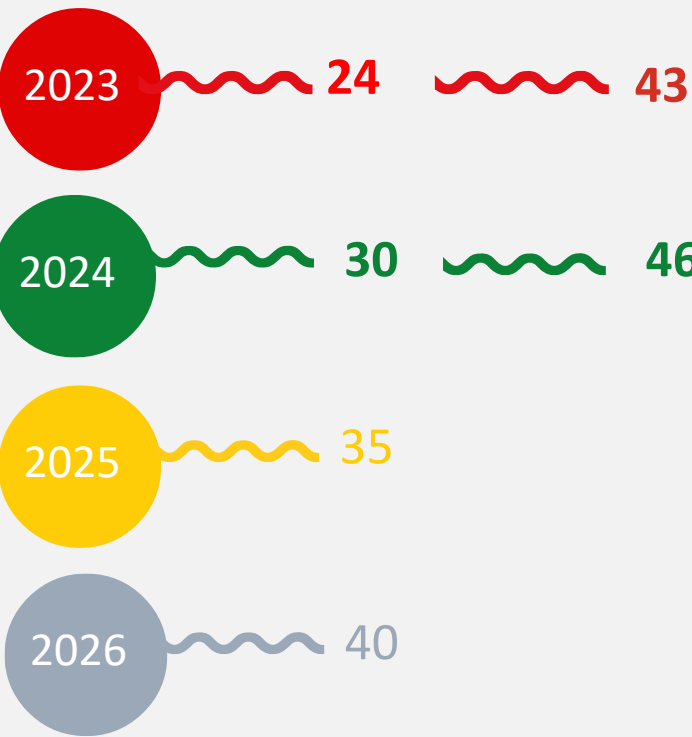
AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PACTO
CONTRA A VIOLÊNCIA

Promover uma cultura de não violência junto das entidades do Pacto (empresas públicas e privadas), fortalecendo os compromissos institucionais destas no combate à violência. Pretende-se ampliar o alcance das ações de prevenção, proteção e combate à violência, assegurando a implementação de políticas integradas e eficazes. A consolidação deste pacto representa a criação de uma rede robusta e articulada de empresas que permita uma resposta coordenada às necessidades das vítimas e à RNAVVD (Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica), bem como a construção de uma cultura de não tolerância à violência em todas as suas formas.

PRODUTOS ESPERADOS | R9

N.º de entidades aderentes ao Pacto contra
a Violência

METAS RESULTADOS



EVIDÊNCIAS

Desde o início do Pacto Contra a Violência, aderiram ao mesmo 46 entidades, na sua maioria empresas do setor privado. Durante o primeiro semestre de 2024 foram assinadas 3 novas adesões .

Fazem parte atualmente deste Pacto:

Banco de Portugal; Inditex; BNP Paribás; MEO, APED; Banco Montepio; Barraqueiro; Altice; BP; Imprensa Nacional-Casa da Moeda; Carris; CP – Comboios de Portugal; CTT; El Corte Inglés; L.Eclerc; Endesa; EPAL; Fundação Caloust Gulbenkian; Galp; Grupo Bel; IKEA; Instituto de Informática IP., IST.Lisboa; Lóreal; Jerónimo Martins; LIDL; LUSA; Mercadona; MERCER; Metro de LX; Metro do Porto; Nestlé; .PT; Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução; Parentêses Rebeldes; Parpública; REN; RTP; Restartus; Sérvulo e Associados; SIBS; SONAE; Training Always; Trivalor; Vodafone; Women in Tech.

Estas entidades comprometem-se a implementar práticas de prevenção e o combate VMVD nas suas equipas e, ainda, a participarem ativamente em campanhas de sensibilização e promoverem apoio efetivo, dentro das suas áreas de negócio, às vitimas, fomentando uma cultura de cooperação no combate à violência.

Mais informação sobre o Pacto pode ser encontrada [AQUI](#).



ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

PARCEIROS SOCIAIS



MEDIDA 442

LIVRO BRANCO SOBRE O TRABALHO
DOMÉSTICO PAGO EM PORTUGAL NUMA
PERSPETIVA DE GÉNERO E INTERSECCIONAL

O Livro Branco sobre o Trabalho Doméstico Digno visa analisar o regime jurídico do trabalho doméstico remunerado em Portugal, considerando as perspetivas de género e interseccionalidade e oferece uma análise abrangente da situação do trabalho doméstico remunerado, abordando aspetos como o regime jurídico, condições laborais e desafios enfrentados pessoas empregadas no serviço doméstico em Portugal.

Este estudo pretende alinhar a legislação nacional com a Convenção n.º 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece normas para trabalho digno no setor doméstico, apresentando um conjunto de Conclusões e Recomendações para a melhoria das condições de trabalho das pessoas empregadas no serviço doméstico.

PRODUTOS ESPERADOS | R63

Lançamento do livro branco sobre o trabalho doméstico pago em Portugal

METAS RESULTADOS



EVIDÊNCIAS

O Livro Branco sobre o Trabalho Doméstico Digno foi lançado em 30 de abril de 2024, no âmbito do *Workshop* de encerramento do projeto "Serviço Doméstico Digno", financiado pelos EEA Grants, Programa Conciliação e Igualdade de Género, e desenvolvido pelo Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas (STAD). **Lançamento do Livro Branco Trabalho Doméstico Digno**

O Livro Branco que teve como principal objetivo analisar e propor melhorias significativas para as condições laborais das pessoas empregadas no serviço doméstico e aprofunda a análise da realidade atual do setor, identificando as condições de trabalho e as desigualdades estruturais associadas a fatores como género, origem étnico-racial, idade e estatuto migratório. Além disso, formula propostas para melhorar o quadro legal, nomeadamente através de recomendações que visam a equiparação de direitos das pessoas empregadas no serviço doméstico às restantes categorias profissionais, com destaque para a proteção social, segurança no trabalho e combate à discriminação.

O Livro Branco tem ainda como objetivo informar e capacitar as pessoas empregadas domésticas e incentivar a organização coletiva a melhor defender os seus interesses. Adotando uma abordagem interseccional, reconhece que o trabalho doméstico pago afeta, de forma desproporcionada, mulheres e grupos em situação de maior vulnerabilidade, propondo soluções específicas para enfrentar essas desigualdades.

O Livro Branco está disponível para download gratuito, permitindo o acesso amplo às suas conclusões e recomendações. **Livro Branco do Trabalho Doméstico Digno & Brochura do Livro Branco do Trabalho Doméstico Digno**



PLANO DE AÇÃO PARA A PREVENÇÃO E O COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

6 COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS

21 COMPROMISSOS OPERACIONAIS

87 MEDIDAS

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

OUTRAS ÁREAS GOVERNATIVAS

EXECUTADA

MEDIDA 112

INTEGRAÇÃO DA TEMÁTICA DA VIOÊNCIA CONTRA AS MULHERES E VIOÊNCIA DOMÉSTICA EM ÁREAS ESTRATÉGICAS, NOMEADAMENTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS, LOCAIS E REGIONAIS, NAS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO, INCLUINDO NA ESTRATÉGIA TRANSFRONTEIRIÇA E JUNTO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Assegurar que a temática VMVD seja abordada de forma transversal ao nível local. Pretende-se que os municípios incorporem esta temática nos seus planos e estratégias locais, alinhando-os com os objetivos nacionais e regionais; promovam parcerias com instituições públicas, privadas e da sociedade civil para fortalecer as redes de apoio às vítimas; invistam na formação das pessoas que trabalham nos municípios para garantir serviços de atendimento sensíveis às questões de género e, ainda, que desenvolvam campanhas de sensibilização adaptadas às especificidades das comunidades.

PRODUTOS ESPERADOS | R4

N.º de autarquias com planos municipais/
intermunicipais com integração da temática de
VMVD



EVIDÊNCIAS

Todos os Planos Municipais para a Igualdade possuem uma vertente específica de combate à violência de género e violência doméstica e, alguns até consagram planos exclusivamente dedicados à prevenção e combate à VDVG, estando alinhados com a ENIND.

A título meramente exemplificativo, destacam-se

<https://www.cm-amadora.pt/pt/intervencao-social/plano-municipal-para-a-igualdade.html> - Amadora

<https://vida.cascais.pt/anexo/documentos-plano-de-acao-igualdade-de-genero> Cascais

<https://www.lisboa.pt/temas/direitos-sociais/estrategia> - Lisboa
<https://www.cm-loule.pt/pt/menu/2781/plano-municipal-para-a-igualdade-e-nao-discriminacao-pmind.aspx> - Loulé

https://www.cm-matosinhos.pt/cmmatosinhos2020/uploads/writer_file/document/32780/plano_municipal_para_a_igualdade_e_ndiscr_de_matosinhos_resumo.pdf - Matosinhos

https://www.cm-braganca.pt/cmbraganca2020/uploads/writer_file/document/10412/plano_municipal_para_a_igualdade_e_a_nao_discriminacao_2022_2025.pdf - Bragança
<https://www.cm-portalegre.pt/municipes/igualdade-de-genero/apresentacao> - Portalegre

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

IPDJ; FEDERAÇÃO NACIONAL ASSOCIAÇÕES JUVENIS (FNAJ);
CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE (CNJ); CONFEDERAÇÃO
PORTUGUESA DE COLETIVIDADES DE CULTURA, RECREIO E
DESPORTO; FEDERAÇÕES DESPORTIVAS; INR. I.P., ONG
DEFICIÊNCIA; CONFEDERAÇÃO NACIONAL IPSS

EXECUTADA

MEDIDA 132

CAPACITAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA
VMVD, NOMEADAMENTE DIRIGIDA AO
SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

Ações de capacitação sobre VMVD dirigidas ao setor da economia social, podendo ser realizadas ações de sensibilização e/ou ações de formação ajustadas às necessidades e especificidades de cada setor da economia social.

Reconhecendo a centralidade da prevenção (primária, mas não só), pretende-se reforçar a formação e o conhecimento de organizações e profissionais do setor da economia social para que estejam mais preparadas na identificação, prevenção e combate a situações de violência de género, nomeadamente instituições de solidariedade social, associações e cooperativas, para atuar na prevenção e no combate à violência de género.

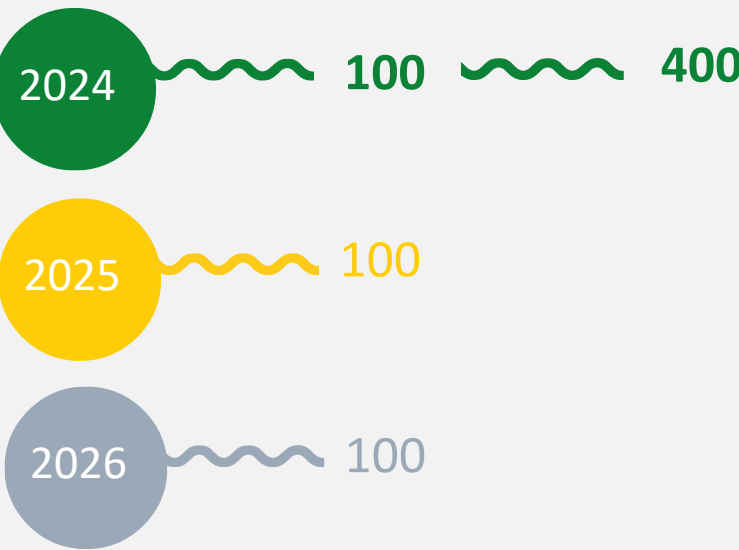
PRODUTOS ESPERADOS | R14

N.º de participantes

METAS

RESULTADOS

EVIDÊNCIAS



Foi realizada uma sessão de formação sobre o Guia de requisitos mínimos para a prevenção primária da violência contra as mulheres e violência doméstica para 8 profissionais de IPSS do concelho do Seixal e uma ação similar para 12 profissionais da região de Faro.

Em outubro de 2024 realizou-se um *webinar* que contou com a participação de 380 pessoas, de diferentes proveniências: RNAVVD, autarquias, associativismo juvenil, IPSS, entidades da administração pública central, entre outras.

Mais informação sobre o webinar [AQUI](#).



ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

INR, I.P.; ONG DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



MEDIDA 132

CAPACITAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DA VMVD, NOMEADAMENTE DIRIGIDA AO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL

Ações de capacitação sobre VMVD dirigidas ao setor da economia social, ajustadas às necessidades e especificidades de cada setor da economia social. Pretende-se reforçar a formação e o conhecimento de organizações e profissionais do setor da economia social para que estejam mais preparados na identificação, prevenção e combate a situações de violência de género. Quando dirigida às ONG das Pessoas com Deficiência visa capacitar estas organizações para identificar e responder de forma eficaz às situações de violência que afetam mulheres e homens com deficiência, reconhecendo as vulnerabilidades acrescidas deste grupo

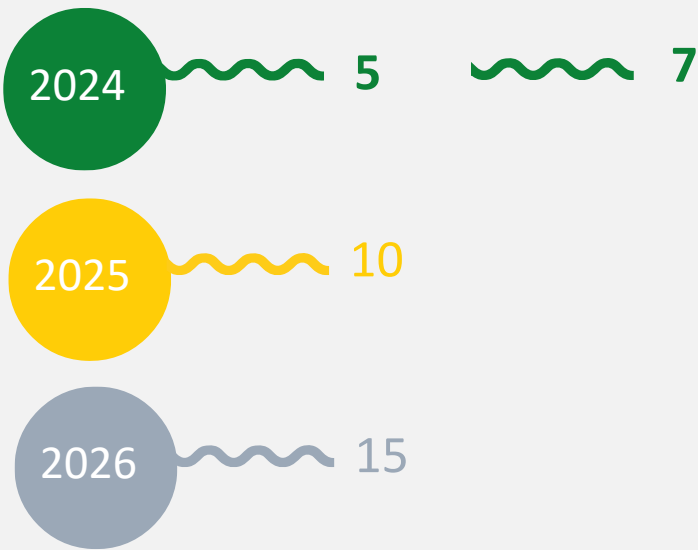
METAS

RESULTADOS

EVIDÊNCIAS

A CIG, em colaboração com o Instituto nacional para a Reabilitação, levou a cabo várias ações de capacitação para a prevenção da VMVD junto de entidades representativas de pessoas com deficiência:

- Associação Portuguesa de Deficientes
- CNOD - Confederação Nacional Dos Organismos De Deficientes
- FEDRA-Federação das Doenças Raras de Portugal
- Associação dos Deficientes das Forças Armadas
- FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social
- ACAPO - ACAPO
- Associação 2000 de Apoio ao Desenvolvimento - A2000



PRODUTOS ESPERADOS | R18

N.º de ONG das Pessoas com Deficiência

Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual
Plano de Ação para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica
(PAVMVD 2023-2026)

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

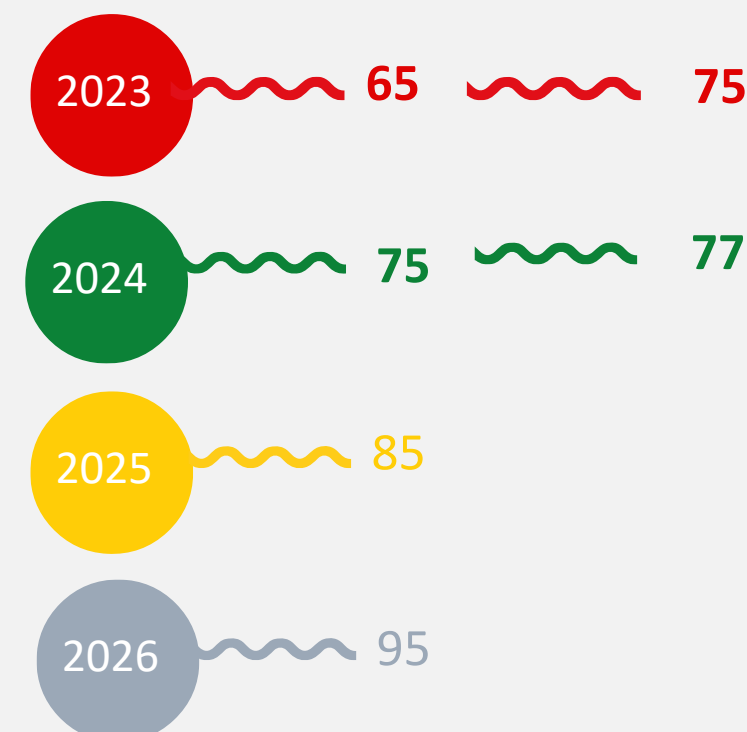
OUTRAS ÁREAS GOVERNATIVAS

EXECUTADA

MEDIDA 151

FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PREVENÇÃO E COMBATE À VMVD

A prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica é uma prioridade do Estado português, afirmada no programa do Governo. A RNAVVD é um sistema integrado de apoio a vítimas de violência que integra várias entidades da sociedade civil e municípios que desenvolvem várias respostas de atendimento, emergência e casa abrigo, e ainda respostas de apoio psicológico, a maioria delas com reforço financeiro provido por fundos comunitários, geridos pela CIG enquanto Organismo Intermédio.



EVIDÊNCIAS

Na sequência dos avisos de abertura para financiamento de respostas específicas de prevenção e combate à violência doméstica e de gênero no âmbito Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão, o Pessoas 2030, entram em funcionamento, em 2024, 77 Projetos na área da prevenção e combate à VMVD, num financiamento total de 13.632.280,91€, o que permite o reforço das respostas de atendimento e acolhimento de emergência da RNAVVD.

Tipologia de operações	Valor total aprovado	Nº Projetos
Estruturas de atendimento, acompanhamento e apoio especializado a vítimas de violência doméstica e violência de género	8 591 901,12 €	57
Respostas de acolhimento de emergência de vítimas de violência doméstica e violência de género	5 040 379,79 €	20
Total	13 632 280,91 €	77

PRODUTOS ESPERADOS | R30

N.º total projetos financiados



ÁREA GOVERNATIVA

JUSTIÇA

ENTIDADE COORDENADORA

PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA (PGR)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

CIG; REDE NACIONAL APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (RNAVVD)



MEDIDA 211

ALARGAMENTO TERRITORIAL DOS GABINETES DE APOIO À VÍTIMA JUNTO DOS DEPARTAMENTOS DE INVESTIGAÇÃO E AÇÃO PENAL

Os GAV – Gabinetes de Apoio à Vítima junto dos DIAP – Departamentos de Investigação e Ação Penal – visam prover uma resposta que assegura, em continuidade, atendimento, informação, apoio e encaminhamento personalizado de vítimas de violência doméstica e de género, com vista à respetiva proteção. Os GAV foram criados através de protocolo celebrado entre o Ministério da Justiça (MJ) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) e integram técnicos de apoio à vítima de Organizações Não Governamentais. Para o efeito, MJ e PGR celebraram protocolos adicionais com ONG de apoio à vítima que, nos respetivos territórios, asseguram este serviço.

PRODUTOS ESPERADOS | R35

N.º de DIAP com Gabinetes de Apoio à Vítima (GAV)



EVIDÊNCIAS

Atualmente existem 10 GAV, um em cada das seguintes Comarcas: Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Lisboa-Norte, Lisboa-Oeste, Lisboa-Sul, Porto-Este e Setúbal

Em janeiro de 2024 foi inaugurado o GAV de Leiria, resultante de um protocolo entre o MJ, a PGR e a Associação Mulheres Século XXI e, em março de 2024, abriu o GAV de Setúbal, na sequência de um protocolo com a APAV.

Informação detalhada sobre estes dez protocolos [AQUI](#).

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

RNAVVD



MEDIDA 214

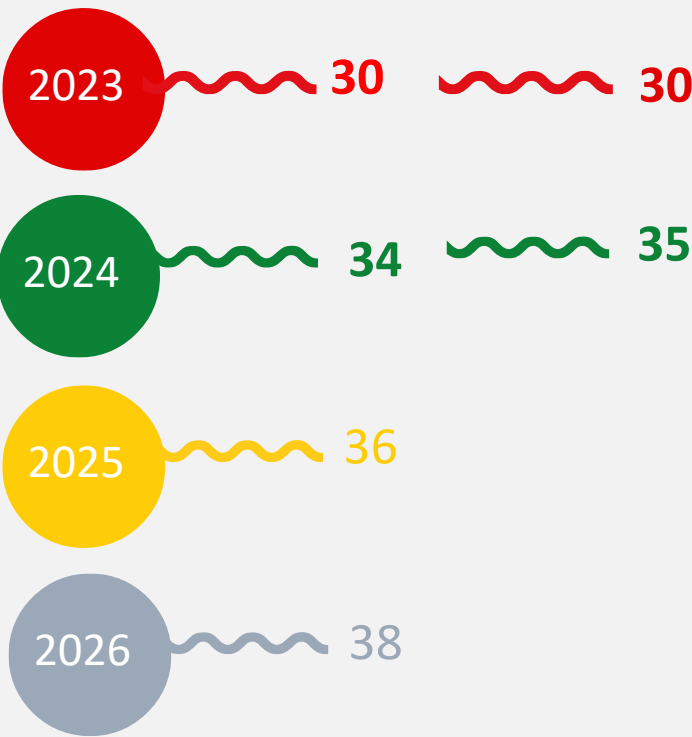
ALARGAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DAS
RESPOSTAS DE APOIO PSICOLÓGICO (RAP),
A TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

As RAP visam promover o atendimento, acompanhamento e apoio psicológico especializado a crianças e jovens vítimas de violência doméstica e violência de género e emergem do (re)conhecimento do impacto da violência doméstica contra crianças e jovens, exigindo uma intervenção mais atenta, designadamente na RNAVVD, através da promoção de respostas de apoio especializado para estas vítimas, tendo em conta a sua vulnerabilidade e necessidades específicas.

PRODUTOS ESPERADOS | R38

N.º de respostas de apoio psicológico (RAP)

METAS RESULTADOS



EVIDÊNCIAS

Em 2024 estão em funcionamento 35 RAP, em 17 Distritos (Portugal Continental):

Distrito	RAP	Distrito	RAP
Aveiro	RAP Dar Voz	Faro	RAP Algarve
	RAP Espaço Trevo		TAIPA
	RAP WE CARE - Cáritas Aveiro	Guarda	RAP Guarda
Beja	RAP Cuidar+	Leiria	RAP Mulheres sec. XXI
Braga	RAP CIM Ave	Portalegre	RAP - Alto Alentejo
	RAP Cáritas		RAP BEM ME QUER
	RAP CorAção com Voz		
	RAP GAV Braga	Porto	RAP Criar
Bragança	RAP Alfândega da Fé		RAP Matosinhos
Castelo Branco	RAP Beira Baixa		RAP P'RA TI
	RAP Devolver		RAP Espaço LARA
Coimbra	RAP APAV Coimbra		RAP SHIELD
	RAP 6 em Rede		RAP Silêncio Quebrado
Évora	RAP Ser Criança, Ser Jovem		RAP UNIDAS

Distrito	RAP
Santarém	RAP - Médio Tejo
	RAP - EMAV Lezíria do Tejo
Setúbal	RAP Alentejo Litoral
Viana do Castelo	RAP Âncora Jovem
	RAP Farol
Vila Real	RAP Chaves
	RAP PSIPLUS
Viseu	RAP Crianças felizes, adultos saudáveis

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

RNAVVD



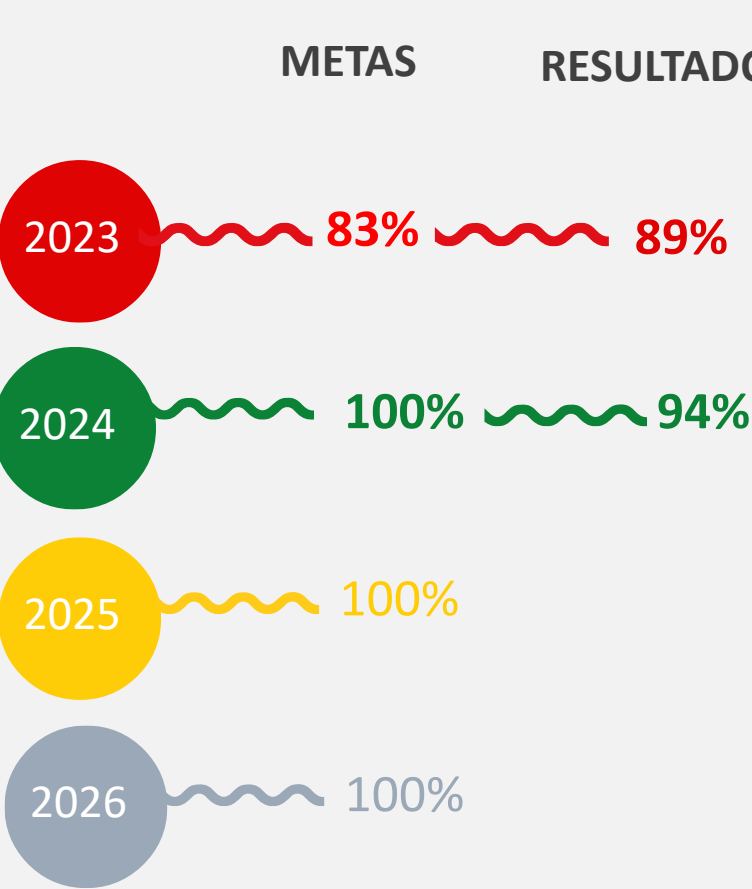
MEDIDA 214

ALARGAMENTO E CONSOLIDAÇÃO DAS RESPOSTAS DE APOIO PSICOLÓGICO (RAP), A TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

As RAP visam promover o atendimento, acompanhamento e apoio psicológico especializado a crianças e jovens vítimas de violência doméstica e violência de género e emergem do (re)conhecimento do impacto da violência doméstica contra crianças e jovens, exigindo uma intervenção mais atenta, designadamente na RNAVVD, através da promoção de respostas de apoio especializado para estas vítimas, tendo em conta a sua vulnerabilidade e necessidades específicas.

PRODUTOS ESPERADOS | R39

% dos distritos abrangidos



EVIDÊNCIAS

Estão abrangidos pelas RAP 94% dos distritos de Portugal continental, demonstrando uma ampla cobertura territorial.

Evidencia-se o compromisso com a implementação de respostas integradas e descentralizadas para a prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, especificamente junto das crianças e jovens, garantindo que as intervenções cheguem a praticamente todas as regiões do país.

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

TODAS AS ÁREAS GOVERNATIVAS;
MUNICÍPIOS; RNAVVD; ONG

EXECUTADA

MEDIDA 421

DESENVOLVIMENTO DE REFERENCIAIS DE
FORMAÇÃO, NOMEADAMENTE, SOBRE
OUTRAS FORMAS DE VIOLÊNCIA PREVISTAS
NA CONVENÇÃO DE ISTAMBUL, ONDE SE
INCLUI A VIOLÊNCIA SEXUAL E
PERSEGUIÇÃO, E SOBRE SINALIZAÇÃO E
INTERVENÇÃO COM VÍTIMAS EM SITUAÇÃO
DE ESPECIAL VULNERABILIDADE

Criar instrumentos formativos com vista à capacitação profissionais de diversas áreas, como saúde, educação, justiça e forças de segurança, para identificar, atuar e responder de forma eficaz às situações de violência, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, como vítimas com deficiência, crianças, idosos, migrantes ou pessoas em situação de exclusão social. Esta formação permite não só melhorar as competências técnicas, mas também a integração de boas práticas baseadas em padrões internacionais, garantindo um atendimento sensível e inclusivo às necessidades das vítimas.

PRODUTOS ESPERADOS | R92

N.º de referenciais formação elaborados



EVIDÊNCIAS

A CIG preparou e reviu 4 referenciais de formação identificados como prioritários, tendo em vista a abertura de concurso para formação de públicos estratégicos no âmbito do programa [Pessoas 2030](#) (abril de 2025):

1. Violência(s) contra as mulheres: a intervenção na perspetiva da Convenção de Istambul - 42 horas
2. Referencial TAV – Técnico de Apoio à vítima, Formação Contínua – 50 horas
3. Violência Doméstica e Violência de Género - Vítimas em situação de vulnerabilidade acrescida – 24 horas (mínimo)
4. Violência Doméstica e Violência de Género – Prevenção Primária – 26 horas

Adicionalmente, foram criados três novos referenciais de formação que podem ser [consultados](#).

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO (AIMA, I.P.); MUNICÍPIOS



MEDIDA 612

INTEGRAÇÃO DA TEMÁTICA DAS PTN NAS POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS E REGIONAIS

Integração da temática da MGF nos planos Municipais para a Igualdade, Planos Municipais de combate à violência de Género e para a Integração de Migrantes. Pretende-se sensibilizar e capacitar agentes e instituições locais para reconhecer e combater estas práticas tradicionais nefastas, promovendo uma abordagem preventiva e integrada. Esta medida visa assegurar que as especificidades culturais e sociais sejam consideradas, fortalecendo a articulação entre entidades públicas, organizações da sociedade civil e as comunidades.

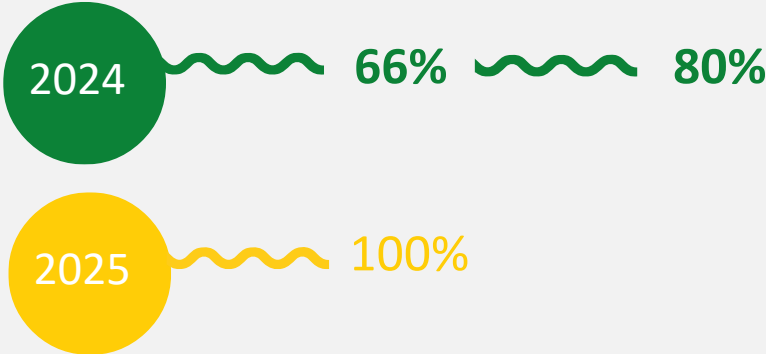
PRODUTOS ESPERADOS | R113

% de territórios com prevalência de MGF com planos municipais/intermunicipais para igualdade, de combate à violência de género, para a integração de migrantes e/ou outros instrumentos de política pública local com a temática integrada das PTN

METAS

RESULTADOS

EVIDÊNCIAS



Os territórios com prevalência (conhecida) de Mutilação Genital feminina são os que integram o Projeto “Práticas Saudáveis: Fim à Mutilação Genital Feminina”, projeto que tem como objetivo territorializar as respostas de prevenção e atuação em situações de risco, através de redes locais integradas, tendo os Agrupamentos de Centros de Saúde como pontos focais.

Os territórios incluídos no Projeto Práticas Saudáveis correspondem às áreas de abrangência dos seguintes antigos Agrupamentos de Centros de Saúde: Almada-Seixal, Amadora, Arco Ribeirinho, Loures-Odivelas e Sintra, Cascais, Estuário do Tejo, Lisboa Central, Lisboa Ocidental e Oeiras, e Lisboa Norte.

Destes territórios, 80% têm planos municipais que incluem a temática da prevenção e combate à MGF nos seus compromissos municipais.

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

ONG



MEDIDA 631

APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS QUE VISEM, NOMEADAMENTE, O EMPODERAMENTO DAS MENINAS, RAPARIGAS E MULHERES DE COMUNIDADES AFETADAS PELAS PTN

Apoiar técnica e financeiramente entidades que trabalham no âmbito da prevenção e do combate às PTN, nomeadamente a mutilação genital feminina. Pretende-se capacitar estas ONG no desenvolvimento de projetos que visem o empoderamento das raparigas e mulheres em comunidades afetadas pela MGF e a prevenção e o combate às Práticas Tradicionais Nefastas,
PRODUTOS ESPERADOS | R128

N.º de organizações apoiadas no âmbito de projetos que visem, nomeadamente, o empoderamento das meninas, raparigas e mulheres de comunidades afetadas pelas PTN



EVIDÊNCIAS

Na sequência de concurso público foram aprovadas 11 candidaturas, cujos projetos estão em execução durante 2024, no valor total de 80.000,00€.
As medidas financiadas são essencialmente na área da formação e capacitação de públicos estratégicos.

A Lista total dos projetos pode ser [consultada](#).

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

ONG



MEDIDA 641

CONCEÇÃO E DIVULGAÇÃO DO LIVRO
BRANCO SOBRE PTN COM CONTRIBUTOS E
RECOMENDAÇÕES EM MATÉRIA DE
PREVENÇÃO E COMBATE AOS CASAMENTOS
INFANTIS PRECOCES E FORÇADOS E
PROMOÇÃO DE FORMAÇÃO COM BASE
NESTE CONHECIMENTO

Os casamentos infantis, precoces e/ou forçados são práticas nefastas e afetam, de forma desproporcional, raparigas e mulheres em todo o mundo. Colocando-as em maior risco de violência sexual e baseada no género, aumentam ainda o risco de abandono escolar e põem, consequentemente, em causa as suas oportunidades no futuro, assim como o seu bem-estar físico. O Livro Branco sobre Prevenção e Combate aos Casamentos Infantis, Precoces e Forçados apresenta um conjunto de recomendações para prevenir e combater estas práticas, no pleno respeito dos direitos humanos.

PRODUTOS ESPERADOS | R131

Número de iniciativas de divulgação do Livro Branco e formação sobre PTN

	METAS	RESULTADOS
2023	1	1
2024	3	2



EVIDÊNCIAS

O Livro Branco | Recomendações para Prevenir e Combater o Casamento Infantil, Precoce e/ou Forçado foi lançado a 29 de outubro de 2024, na Biblioteca Nacional. Neste âmbito foi realizada uma mesa-redonda, moderada pela Presidente da CIG e que contou com a participação de alguns dos membros do Grupo de Trabalho para a Prevenção e Combate aos Casamentos Infantis, Precoces e Forçados e que também fizeram parte da Comissão Relatora do Livro Branco. [Apresentação Livro Branco](#)

O livro está disponível para [consulta e download](#).

Foram feitas divulgações nas redes sociais para sensibilização da população em geral.



PLANO DE AÇÃO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA ORIENTAÇÃO SEXUAL, IDENTIDADE E EXPRESSÃO DE GÊNERO, E CARACTERÍSTICAS SEXUAIS

3 COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS

10 COMPROMISSOS OPERACIONAIS

45 MEDIDAS

COMPROMISSOS ESTRATÉGICOS 23-26

1. **Promover o conhecimento** sobre a **situação real** das necessidades das pessoas LGBTI+ e da discriminação em função da OIEC
2. **Garantir a transversalização** das questões da OIEC
3. **Combater a discriminação** em razão da OIEC e **prevenir e combater todas as formas de violência** contra as pessoas **LGBTI+** na vida pública e privada

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA
(FCT); INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
(IES); ONG



MEDIDA 111

APOIO, ADAPTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE
ESTUDOS SOBRE QUESTÕES DE OIEC E
DISSEMINAÇÃO DOS RESPETIVOS
RESULTADOS, NOMEADAMENTE NA ÁREA
DAS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS

A divulgação de estudos e relatórios nacionais e/ou internacionais através de vários suportes (site da CIG; redes sociais; materiais formativos) é fundamental para promover a igualdade e a diversidade, a compreensão e o respeito por todas as pessoas, independentemente da sua orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Além disso, o conhecimento científico produzido e partilhado nessas áreas é crucial para promover e construir uma sociedade mais justa e inclusiva, sendo um elemento fundamental para o apoio à produção de Política Pública e para a defesa dos direitos humanos.

PRODUTOS ESPERADOS | R1

N.º de estudos, relatórios e brochuras



EVIDÊNCIAS

Divulgação de estudos, relatórios e brochuras com conteúdos OIEC (integral ou parcialmente), nas plataformas de comunicação da CIG (site e redes sociais oficiais):

- Divulgação do estudo promovido pela Agência para os Direitos Fundamentais da EU (FRA) - “III LGBTIQ Equality at a Crossroads: Progress and Challenges”
- Revisão da Recomendação CM/Rec(2010)5, do Comité de Ministros aos Estados-Membros sobre medidas para o combate à discriminação em razão da orientação sexual ou da identidade de género, cuja resposta nacional foi coordenada pela CIG.

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
(IES) e ONG



MEDIDA 112

REVISÃO E HARMONIZAÇÃO DE
PROCEDIMENTOS E FORMULÁRIOS, BASES
DE DADOS E OUTROS DOCUMENTOS DE
REGISTO DE INFORMAÇÃO, NO SENTIDO DE
GARANTIR QUE SÃO INCLUSIVOS DA OIEC (A
NÍVEL SETORIAL)

A criação de documentos e formulários inclusivos na
AP garante a inclusão de todas as pessoas, a sua
visibilidade e representatividade, no respeito pelos
direitos humanos e sua efetividade.

PRODUTOS ESPERADOS | R3

N.º de procedimentos/formulários revistos



EVIDÊNCIAS

Revisão de documentos e formulários:

- Modelos de relatórios apoio técnico-financeiro (ATF)

Estes modelos, Relatório Intercalar e Relatório Final destinam-se ao reporte da execução dos projetos no âmbito do apoio técnico e financeiro. Foram, em 2024, revistos, integrando as dimensões Sexo (m | f | Intersexo) e Identidade de Género (mulher cis | mulher trans | homem cis | homem trans | pessoa não binária | em questionamento | outra) na caracterização da população alvo;

- [Revisão referenciais de formação \(referencial OIEC 18h\);](#)

No âmbito do processo de revisão dos referenciais de formação da CIG, a disponibilizar para as organizações candidatas a fundos, foi revisto o referencial de formação OIEC de 18h;

- Revisão do formulário e questionário de formação dirigido aos municípios

O formulário de inscrição e o questionário de avaliação das formações destinadas aos municípios foram revistos integrando a dimensão sexo (m| f | I).

ÁREA GOVERNATIVA

TODAS AS ÁREAS GOVERNATIVAS

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

OUTRAS ÁREAS GOVERNATIVAS;
ORGANISMOS DA AP; SG; MUNICÍPIOS,
IES & ONG



MEDIDA 212

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE
PROFISSIONAIS E SERVIÇOS DA AP,
NOMEADAMENTE COM A ADMINISTRAÇÃO
INTERNA, SAÚDE, JUSTIÇA, TRABALHO E
SEGURANÇA SOCIAL, EDUCAÇÃO, AP,
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DEFESA
NACIONAL.

O Planeamento, conceção e execução de ações de
formação em regime presencial/online para diversos
serviços da AP é essencial para garantir que os
serviços públicos sejam inclusivos e respeitadores dos
direitos humanos.

PRODUTOS ESPERADOS | R11

N.º de ações



EVIDÊNCIAS

Realizaram-se 3 ações de capacitação/formação especificamente na área
OIEC, designadamente.

Entidade	Área Governativa	N.º ações	N.º horas
Jurisapp - Centro Jurídico do Estado	SG PCM	1	3h
TP - Turismo de Portugal	Economia	1	18h
DGE - Direção Geral de Educação	Educação	1	6h

A Jurisapp - Centro Jurídico do Estado, pertencente à área governativa SG PCM
(Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros), realizou 1 ação com
uma duração total de 3 horas. O TP - Turismo de Portugal, da área governativa
Economia, realizou também 1 ação, mas com uma duração significativamente
maior, de 18 horas. Por fim, a DGE - Direção Geral de Educação, inserida na área
governativa Educação, executou 1 ação com uma duração de 6 horas. No total,
foram realizadas 3 ações, com uma soma de 27 horas dedicadas.

Foram abrangidos 65 serviços com a participação de 223 pessoas das quais 182
do sexo feminino, 41 do sexo masculino e 0 Intersexo.

ÁREA GOVERNATIVA

TODAS AS ÁREAS GOVERNATIVAS

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

OUTRAS ÁREAS GOVERNATIVAS;
ORGANISMOS DA AP; SG; MUNICÍPIOS,
IES & ONG



MEDIDA 213

CAPACITAÇÃO DE PÚBLICOS-ALVO
ESTRATÉGICOS

O Planeamento conceção e execução de ações de formação em regime presencial/online para diversos serviços da AP é essencial para garantir que os serviços públicos sejam inclusivos e respeitadores dos direitos humanos.



EVIDÊNCIAS

No âmbito das ações de capacitação/ formação realizadas, especificamente na área OIEC, foram realizadas as seguintes ações para vários públicos estratégicos:

A CM Pampilhosa da Serra registou 1 ação. A Direção Geral de Educação (DGE) realizou 2 ações, o Turismo de Portugal participou com 1 ação, o Hospital Fernando Fonseca também registou 1 ação, e o Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa realizou igualmente 1 ação.

No total, foram desenvolvidas 6 ações, com 400 pessoas formadas, destas 295 do sexo feminino e 105 do sexo masculino e 0 intersexo.

PRODUTOS ESPERADOS | R14

N.º de ações

Público Estratégico	N.º ações
CM Pampilhosa da Serra	1
Direção Geral de Educação (DGE)	2
Turismo de Portugal	1
Hospital Fernando Fonseca	1
Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa	1
Total	6

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

ONG

EXECUTADA

MEDIDA 231

FINANCIAMENTO DE PROJETOS
PROMOTORES DE POLÍTICAS DE COMBATE À
DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA OIEC

Considerando o papel e relevância das organizações da sociedade civil que defendem e protegem os direitos de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo (LGBTI+), como interlocutoras privilegiadas e valorizando o seu contributo ativo no combate à discriminação e a todas as formas de violências contra pessoas LGBTI+ e na implementação das medidas de política pública, o financiamento de projetos a ONG que desenvolvem a sua atividade nesta área é uma medida fundamental para promover a igualdade e combater todas as formas de discriminação em razão da OIEC.

EVIDÊNCIAS

No âmbito do de projetos promotores de políticas de combate à discriminação em razão da OIEC, foi aberto concurso público em 2023, tendo sido aprovadas 13 candidaturas num total de 80.000,00€.

Os projetos estão a ser executados durante 2024, estando a ser desenvolvidas medidas de prevenção de violência de género contra pessoas LGBTI; de promoção da empregabilidade; de formação de profissionais da área da saúde sobre saúde trans; de promoção da visibilidade das pessoas LGBTI no desporto; de desenvolvimento de campanha digital de prevenção e combate ao bullying LGBTQfóbico; entre outras.

A lista completa dos projetos financiados pode ser consultada aqui

https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2023/12/Projetos-ATF-LGBTI_2023-financeiados.pdf



PRODUTOS ESPERADOS | R22

N.º de projetos financiados

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO;
TRABALHO, SOLIDARIEDADE E
SEGURANÇA SOCIAL

ENTIDADE COORDENADORA

CIG

ENTIDADES ENVOLVIDAS

AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES NO
TRABALHO (ACT); ONG; IES; PARCEIROS
SOCIAIS



MEDIDA 253

PRODUÇÃO, ADAPTAÇÃO, DISSEMINAÇÃO
DE INSTRUMENTOS DE APOIO À CRIAÇÃO DE
AMBIENTES DE TRABALHO LIVRES DE
DISCRIMINAÇÃO EM RAZÃO DA OIEC PARA
ENTIDADES EMPREGADORAS

Revisão e disseminação de materiais informativos/
formativos para promover a igualdade a diversidade e
combater todas as formas de discriminação em razão da
OIEC, no âmbito empresarial (setor público e privado)



EVIDÊNCIAS

Produção de instrumento (questionário), de apoio à criação de ambientes de
trabalho mais inclusivos para a empresa ‘dstelecom’ – Operador Grossista de
Telecomunicações)

PRODUTOS ESPERADOS | R22

N.º de instrumentos de apoio à criação de
ambientes de trabalho livres de discriminação
em razão da OIEC, para entidades
empregadoras, produzidos ou adaptados

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MUNICÍPIOS; ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS; ONG; PARCEIROS SOCIAIS



MEDIDA 271

ORGANIZAÇÃO DE UM FÓRUM ANUAL TEMÁTICO RELATIVO AO DIA INTERNACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA, BIFOBIA, TRANSFOBIA E INTERFOBIA (IDAHOT)

O Fórum Nacional é uma iniciativa anual que coincide com o dia IDAHOT e pretende ser um espaço de diálogo e partilha sobre a prevenção e combate à discriminação e violência em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, centrando-se num tema e numa área governativa.



EVIDÊNCIAS

O Fórum foi realizado em 17 de maio de 2024, em articulação com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. Estiveram presentes 32 entidades e participaram 75 pessoas.

Subordinado ao tema “Políticas Locais de promoção e defesa dos Direitos Humanos das pessoas LGBTI+”, o evento contou com representantes de organismos públicos, autarquias, academia e sociedade civil, criando novas redes e sinergias que promovam e defendam os Direitos Humanos das pessoas LGBTI+.

PRODUTOS ESPERADOS | R48

Realização do Fórum Anual temático IDAHOT



ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MUNICÍPIOS; ENTIDADES PÚBLICAS E
PRIVADAS; ONG; PARCEIROS SOCIAIS

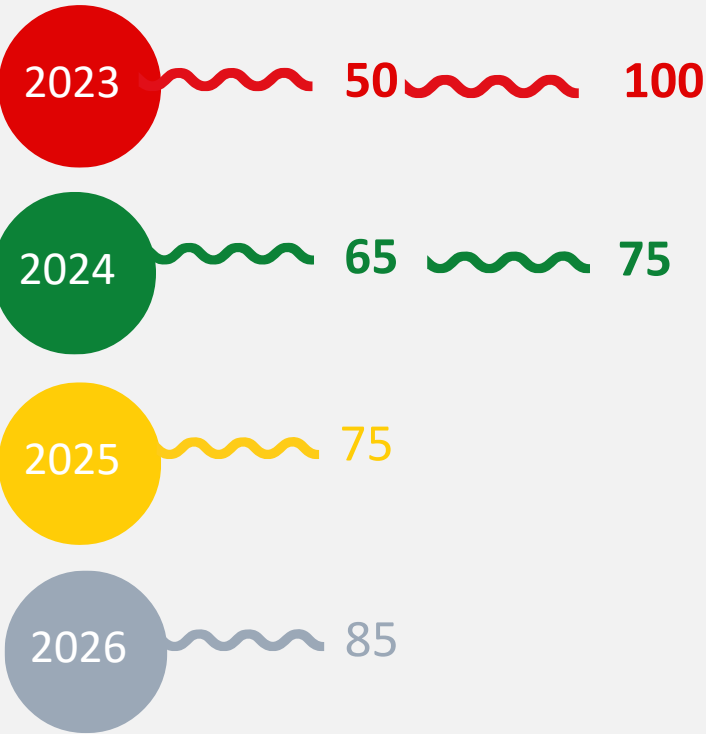
EXECUTADA

MEDIDA 271

ORGANIZAÇÃO DE UM FÓRUM ANUAL
TEMÁTICO RELATIVO AO DIA
INTERNACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA,
BIFOBIA, TRANSFOBIA E INTERFOBIA
(IDAHOT)

O Fórum Nacional é uma iniciativa anual que coincide com o dia IDAHOT e pretende ser um espaço de diálogo e partilha sobre a prevenção e combate à discriminação e violência em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, centrando-se num tema e numa área governativa.

METAS RESULTADOS



EVIDÊNCIAS

No Fórum Nacional IDAHOT realizado em 17 de maio de 2024, em articulação com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, participaram 75 pessoas, das quais 61 eram do sexo feminino, 14 do sexo masculino e 0 intersexo

PRODUTOS ESPERADOS | R49

N.º de participantes

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

MUNICÍPIOS; ENTIDADES PÚBLICAS E
PRIVADAS; ONG; PARCEIROS SOCIAIS

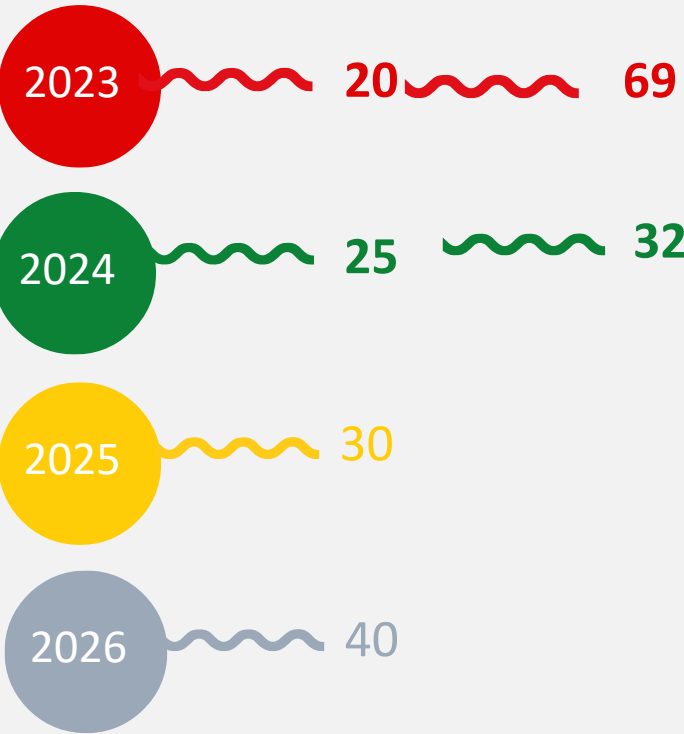
EXECUTADA

MEDIDA 271

ORGANIZAÇÃO DE UM FÓRUM ANUAL
TEMÁTICO RELATIVO AO DIA
INTERNACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA,
BIFOBIA, TRANSFOBIA E INTERFOBIA
(IDAHOT)

O Fórum Nacional é uma iniciativa anual que coincide com o dia IDAHOT e pretende ser um espaço de diálogo e partilha sobre a prevenção e combate à discriminação e violência em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, centrando-se num tema e numa área governativa.

METAS RESULTADOS



EVIDÊNCIAS

No Fórum Nacional IDAHOT, realizado em 17 de maio de 2024, em articulação com a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, estiveram presentes 32 entidades, designadamente: 13 municípios, 9 ONG, 2 entidades da Educação, 4 das forças de segurança e 4 de outros organismos públicos.

PRODUTOS ESPERADOS | R50

N.º de entidades participantes

ÁREA GOVERNATIVA

JUVENTUDE E MODERNIZAÇÃO;
TRABALHO, SOLIDARIEDADE E
SEGURANÇA SOCIAL; SAÚDE

ENTIDADE COORDENADORA

COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE
DE GÉNERO (CIG)

ENTIDADES ENVOLVIDAS

RNAVVD; ONG; DIREÇÃO GERAL DE
SAÚDE (DGS)

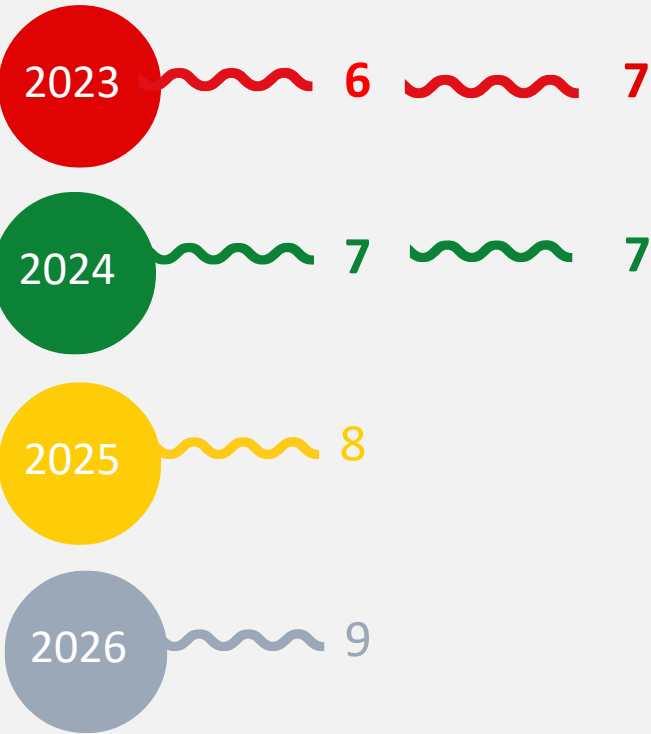
EXECUTADA

MEDIDA 320

DISPONIBILIZAR RESPOSTAS ESPECIALIZADAS
DE APOIO A PESSOAS LGBTI+

A criação de respostas especializadas de apoio a pessoas LGBTI+, integradas na Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, são o garante do respeito e da proteção das vítimas e são fulcrais para atender às necessidades e vulnerabilidades específicas

METAS RESULTADOS



EVIDÊNCIAS

A meta encontra-se atingida, com o funcionamento de 7 estruturas, a saber:

Tipo de resposta	Entidade responsável	N.º respostas
Estruturas de Atendimento a pessoas LGBTI+ vítimas de violência doméstica	Amar Açores; ILGA Portugal; Casa qui; Casa do Povo de Fermentões; Associação Plano i.	5
Apartamento de Autonomização para Pessoas LGBTI Vítimas de Violência Doméstica	Associação Plano i.	1
Resposta de Acolhimento de Emergência (Gabinete de apoio à vítima e resposta de acolhimento de emergência) Casa Arco-Íris	Associação Plano i.	1
Total de respostas		7

PRODUTOS ESPERADOS | R64

N.º de respostas

ESTRATÉGIA NACIONAL



PARA A IGUALDADE E A NÃO
DISCRIMINAÇÃO

Primeiro relatório intercalar 2024